

O CAMINHO DO NACIONALISMO É O OPOSTO DA "OPERAÇÃO PAN-AMERICANA"

EDITORIAL na terceira página

VOZ OPERÁRIA

N. 480 — RIO DE JANEIRO, 16 DE AGOSTO DE 1958

Não Convém ao Brasil o Bom Negócio dos Trustes na Argentina

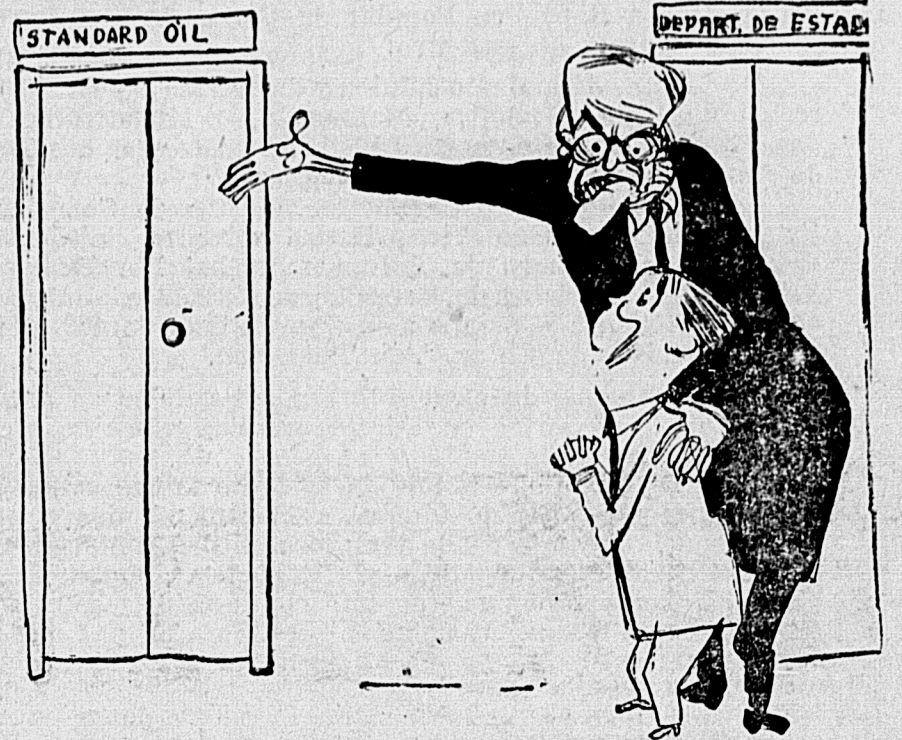
artigo de Orlando Bomfim Jr.

Texto na 12a. Página



A TESE REACIONÁRIA SOBRE O CONSUMO «EXCESSIVO» DOS TRABALHADORES

LEIA NA TERCEIRA PAGINA



DULLES PARA JK: — Se quer dólares para a Petrobrás, bata naquela porta ali adiante...

Os Povos Arabes Contra A "Dança Sobre o Abismo"

(Reportagem na página central)



A PETROBRÁS É INTOCÁVEL

Com a presença de numerosa assistência, realizou-se, segunda-feira última, na sede da União Nacional dos Estudantes uma sessão dedicada ao debate do problema do petróleo no Brasil. Entre os que compareceram, anotamos os nomes do senador Domingos Velasco, deputado Roberto Morena, além de outros líderes sindicais. Durante a solenidade, fizeram uso da palavra diversos dirigentes estudantis, destacando que os êxitos que vêm sendo obtidos pela Petrobrás põem por terra os argumentos dos que preconizam a entrega do petróleo aos trustes norte-americanos e que, portanto, impõe-se a maior vigilância dos estudantes, como de todos os bons brasileiros, para a preservação do monopólio estatal do petróleo no Brasil. Os oradores denunciaram, particularmente, a atual ofensiva dos entreguistas, que desejam aproveitar-se dos contratos firmados pelo governo argentino para exploração do petróleo do país irmão. A experiência e os sucessos colhidos pela Petrobrás, frizaram, desautorizam a importação de semelhantes exemplos. A reunião realizou-se sob o lema "A Petrobrás é intocável" e no seu transcurso foi aprovado um voto de aplausos ao general Teixeira Lott, por suas recentes e categóricas declarações em defesa da solução brasileira para o problema do petróleo brasileiro. O clichê reproduz um aspecto da entusiástica assistência, no momento em que falava o senador Domingos Velasco.

Leia

Condenado à derrota o colonialismo

Integra da declaração de Pequim (Na 2a. página)

★

Pela coesão de todas as forças nacionais e democráticas do Brasil

Artigo de A. Vladimirov

(4a. página)

★

Não deixou a Câmara passar em branca nuvem a viagem de Dulles

Reportagem de Paulo MOTTA LIMA

(Na página central)

Condenado à Derrota o Colonialismo

- A U.R.S.S. E A REPÚBLICA POPULAR DA CHINA DÃO FIRME APOIO AO MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO NACIONAL DOS POVOS DA ÁSIA, AFRICA E AMÉRICA LATINA
- AS DUAS GRANDES POTÊNCIAS SOCIALISTAS AÇORDAM MEDIDAS PARA LUTA CONTRA A AGRESSÃO E PARA MANTER A PAZ
- FORTALECER AINDA MAIS A UNIDADE DO CAMPO SOCIALISTA

Reproduzimos a seguir o texto oficial completo do Comunicado conjunto, divulgado simultaneamente em Pequim e Moscou, sobre o encontro de Kruschiov e Mao Tse-Tung

DE 31 de julho a 3 de agosto de 1958 realizou-se em Pequim um encontro do Primeiro Secretário do Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética, Presidente do Conselho de Ministros da URSS, Nikita Kruschiov, e do Presidente do Comitê Central do Partido Comunista da China, Presidente da República Popular da China, Mao Tse Tung. Participaram do encontro:

Do lado soviético — o Ministro da Defesa da URSS, marechal da União Soviética, Malinóvski, o Ministro interino das Relações Exteriores da URSS, Kuznietzov e o membro do Comitê Central do PCUS, Ponomarev;

Do lado chinês — O Primeiro Ministro do Conselho de Estado Chu En-lai, o Vice-primeiro ministro do Conselho de Estado e Ministro da Defesa marechal Pin De-huai, o Vice-primeiro ministro do Conselho de Estado e Ministro do Exterior, Tchen-I, o membro do Secretariado do CC do Partido Comunista da China, Van Tzian-sian.

Num ambiente de extraordinária cordialidade e amabilidade, ambas as partes discutiram multilateralmente e constataram a completa unidade de pontos de vista sobre os atuais problemas importantes da situação internacional contemporânea, questões do ulterior reforçamento das relações de amizade, aliança e ajuda recíproca entre a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e a República Popular da China, assim como problemas da luta conjunta pela solução pacífica das questões internacionais e a defesa da paz mundial.

Ambos os lados consideram unanimemente que a URSS e a República Popular da China, juntamente com os outros países do campo socialista, assim como os Estados e povos amantes da paz, alcançaram enormes êxitos na luta pelo alívio da tensão internacional e defesa da paz. A política pacífica da URSS e da República Popular da China conta com o apoio e a simpatia, que crescem dia a dia, dos povos de todos os países. A Índia, Indonésia,

República Árabe Unida e outros Estados e povos da Ásia, África, América e Europa, ao se pronunciarem pela coexistência pacífica, desempenharam um papel cada vez maior no fortalecimento da paz. As forças da paz cresceram de forma inaudita em toda a parte.

Contrariamente a esta política clara e consequente, que corresponde aos interesses vitais dos povos de nosso dois países, os círculos imperialistas agressivos, en-

cabeçados pelos grupos monopolistas dos Estados Unidos, continuam a manifestar-se contra a coexistência pacífica e a colaboração, rejeitam obstinadamente o alívio da tensão internacional, impedem a convocação de uma conferência de chefes de governos das grandes potências e intensificam os preparativos de uma nova guerra, ameaçando a paz e a segurança dos povos. Estas forças imperialistas atuam como inimigos da paz, da democracia, da independência nacional e do socialismo, coordenam blocos militares agressivos, envolvem o globo terrestre na rede de suas bases militares e intervêm cada vez mais brutalmente nos assuntos internos de outros países.

A agressão armada empreendida ultimamente pelos Estados Unidos e a Inglaterra contra o Líbano e a Jordânia, assim como sua ameaça à força das armas à República do Iraque e à República Árabe Unida, agravaram seriamente a tensão na zona do Oriente Próximo e Médio e tornam cada vez mais grave o perigo de guerra, provocando o protesto geral e a condenação dos povos de todos os países.

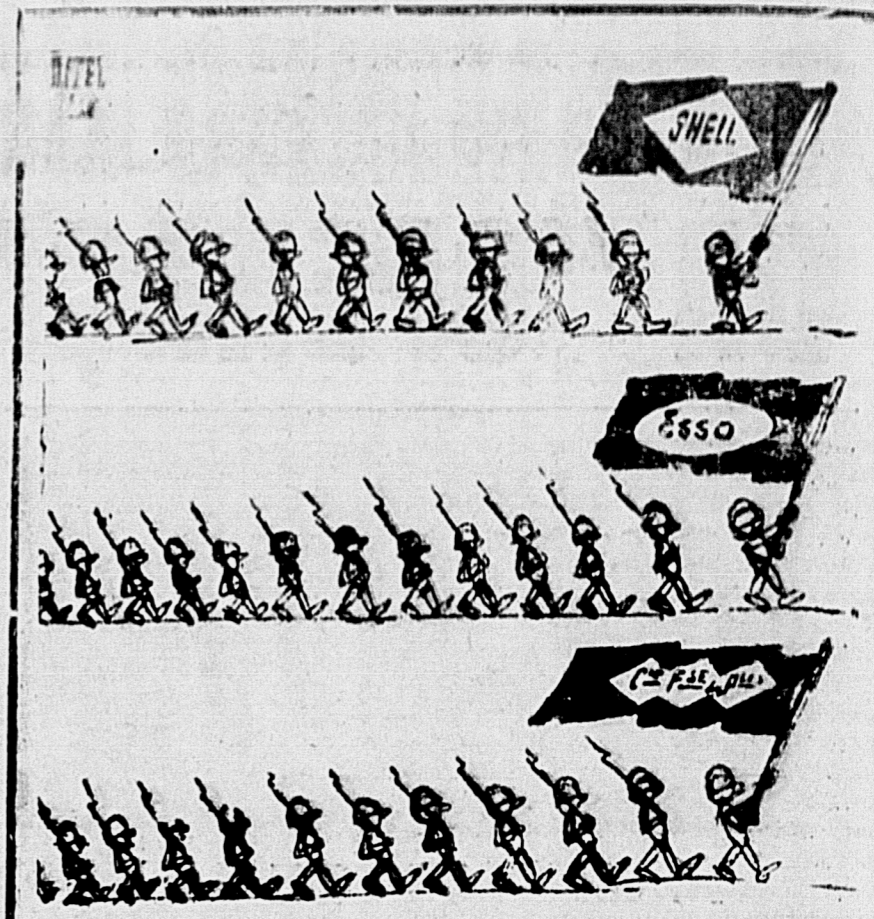
A URSS e a República Popular da China condenam severamente os grosseiros atos de agressão dos Estados Unidos e Inglaterra no Oriente Próximo e Médio, exigem a

convocação imediata de uma conferência de chefes de governo das grandes potências para a discussão da situação no Oriente Próximo e Médio, e reclamam decididamente a imediata evacuação das tropas dos Estados Unidos do Líbano e das tropas da Inglaterra da Jordânia.

A URSS e a República Popular da China dão seu firme apoio à justa luta dos povos da República Árabe Unida, da República do Iraque e de outros países árabes, assim como ao movimento de libertação nacional dos povos da Ásia, África e América Latina.

Os acontecimentos do Oriente Próximo e Médio, assim como de outras zonas do mundo, acentuam que o movimento de libertação nacional é inevitável, que a era do colonialismo passou para sempre e que quaisquer tentativas de manter e fazer ressurgir o domínio colonial, contrário à marcha do desenvolvimento histórico, são nocivas à causa da paz e estão condenadas ao fracasso.

Como resultado de uma troca multilateral de opiniões sobre uma série de importantes problemas colocados perante ambas as partes, na Europa e na Ásia, relacionados com a presente situação internacional, foi obtida completa concordância relativamente às medidas que devem ser tomadas para a luta contra a



O jornal francês «L'Humanité» publicou esta charge relacionada com a agressão armada dos Estados Unidos e Inglaterra no Líbano e Jordânia. Os soldados americanos e britânicos mandados contra o oriente médio por Eisenhower e Foster Dulles não defendem os pavilhões de sua pátria, mas a bandeira de rapina das companhias petrolíferas internacionais: a Shell, a Standard Oil (Esso), a Compagnie Française des Pétroles.

agressão e para manter a paz.

A União Soviética e a República Popular da China fazem o possível para o alívio da tensão internacional e prevenir a calamidade de uma nova guerra. Ambas as partes reafirmam que deve ser respeitado o direito dos povos de todos os países de escolher seu sistema político, social; Estados com diferentes sistemas sociais devem coexistir pacificamente em conformidade com os conhecidos cinco princípios, que já receberam amplo reconhecimento internacional; todos os conflitos internacionais devem ser resolvidos por meios pacíficos, através de conversações; deve fomentar-se o desenvolvimento das relações econômicas e culturais à base do proveito recíproco e da competição pacífica entre os diversos países, de forma a contribuir para a compreensão mútua entre os povos, correspondendo plenamente aos objetivos do alívio da tensão internacional e da manutenção da paz.

Atualmente, a tarefa primordial para manter e consolidar a paz é a consecução de um acordo entre os Estados sobre a redução dos armamentos, a cessação das experiências e a proibição das armas atômicas e de hidrogênio, a liquidação de todos os agrupamentos e bases militares instaladas em territórios alheios, a conclusão de um pacto de paz e a segurança coletiva.

Entretanto, a questão de prevenir-se a guerra não depende apenas dos bons votos dos povos amantes da paz e de esforços unilaterais. Os círculos agressivos das potências ocidentais até agora recusaram a adoção de quaisquer medidas autênticas para manter a paz e, ao contrário, aguçam insensatamente a tensão internacional, levando a humanidade à beira de uma catástrofe bélica. Mas, esses círculos devem saber que se os enfatuados maníacos imperialistas se atreverem a impôr a guerra aos povos, todos os Estados e povos amantes da paz e da liberdade estreitamente unidos, ombro a ombro, liquidarão para sempre com os agressores imperialistas e implantarão a paz perene em todo o mundo.

Ambas as partes registram com grande satisfação que, entre o Partido Comunista da União Soviética e o Partido Comunista da China, em governo da República Popular da China, entre os povos

do governo soviético e de nossos países, desenvolvem-se com êxito e se afirmam cada vez mais as relações de amizade, a colaboração multilateral e a compreensão mútua. Incrementam-se impetuosamente a economia de ambos os países e dia a dia se reforça o seu poderio. A unidade e a colaboração, estruturadas por ambos os países na base da completa igualdade e da amizade e compreensão mútua, possuem uma enorme força vital. Esta unidade e colaboração favorecem não somente o rápido progresso dos dois países pelo caminho do socialismo e do comunismo como reforçam o poderoso campo do socialismo em seu conjunto.

Ambas as partes resolveram assegurar o ulterior desenvolvimento da colaboração multilateral entre nossos países, fortalecer ainda mais a unidade do campo socialista, a coesão de todos os Estados e povos pacíficos, e expressaram unanimemente opinião concorde sobre todos os problemas discutidos.

Ambas as partes são inteiramente unânimes na apreciação das tarefas colocadas ante o Partido Comunista da União Soviética e o Partido Comunista da China. A inabalável unidade dos dois partidos marxistas-leninistas será para sempre uma firme garantia do triunfo de nossa causa comum.

O Partido Comunista da União Soviética e o Partido Comunista da China salvaguardarão incansavelmente esta sagrada unidade, lutarão pela pureza do marxismo-leninismo, defenderão os princípios da Declaração de Moscou dos Partidos Comunistas e Operários, e travarão uma luta irreconciliável contra a principal ameaça ao movimento comunista — o revisionismo, que encontrou clara expressão no programa da União dos Comunistas da Iugoslávia.

Ambas as partes externam a plena confiança de que as forças da paz e do socialismo, que crescem dia a dia, vencerão sem dúvida todos os obstáculos em seu movimento ascensional e alcançarão uma grande vitória.

3 de agosto de 1950
O Primeiro Secretário do CC do PCUS
Presidente do Conselho de Ministros da URSS — N. Kruschiov.
O Presidente do CC do PC da China
Presidente de República Popular da China — Mao Tze-tung.

Crônica Internacional

Na Assembléia Geral da ONU As Esperanças de Paz dos Povos

INICIOU-SE a 1.ª de agosto em Nova Iorque uma sessão extraordinária da Assembléia Geral da ONU especialmente para discutir a intervenção armada dos Estados Unidos e da Inglaterra no Líbano e na Jordânia. Como se sabe, há precisamente um mês esses dois países do Oriente Médio foram invadidos por tropas norte-americanas e inglesas, no dia seguinte a proclamação da República no Iraque. Naquela dia, os monopólios petrolíferos internacionais tiveram por suas posições num país cujo subsolo é um imenso lençol de "ouro negro". A rápida ação militar dos Estados Unidos e da Inglaterra vinha mostrar o quanto governos e trustes petrolíferos se encontram intimamente unidos naqueles países.

Mas, ao contrário do que supunham os imperialistas, a opinião pública mundial repeliu e condenou a brutal intervenção armada. Cada país, cada povo, percebeu que, de um momento para outro, poderia ser objeto da "proteção" das tropas estrangeiras em casos análogos. Além disso, houve um imediato e sério agravamento da situação internacional. A paz mundial ficou em perigo. Não se tratava somente dos dois pequenos países invadidos. Tratava-se de todo o Oriente Próximo e Médio, cujos povos vêm travando uma luta heróica por sua liberdade, pela independência econômica e política. E, não fosse a enérgica repulsa dos povos à agressão, a firme disposição das forças pacíficas de salvaguardar a paz, os agressores teriam ido adiante em sua aventura insensata.

Detiveram-se, porém, na impossibilidade de realizar-se uma reunião frutífera de chefes de Estado das grandes potências, foi convocada pela União Soviética uma sessão extraordinária da Assembléia Geral da ONU. Na semana que finda encontram-se reunidos em Nova Iorque Ministros do Exterior de diversos países, inclusive, é claro, da URSS, Estados Unidos, Inglaterra e França. Está presente também o chanceler do Iraque, país diretamente interessado numa solução imediata para a crise criada com o desembarque anglo-americano. Dada a posição crítica em que se encontram no caso os Estados Unidos, o presidente Eisenhower também compareceu à Assembléia Geral da ONU.

A questão em debate é esta: a presença das tropas americanas e inglesas no Oriente Médio é uma ameaça direta à paz mundial; devem, portanto, essas tropas ser evacuadas sem tardança. Com este objetivo, o delegado da União Soviética, o Ministro do Exterior Gromiko, apre-

sentou um projeto de resolução.

É obrigação precípua da ONU adotar medidas imediatas para a defesa da paz em qualquer zona onde ela esteja ameaçada. Assim, o projeto de resolução soviética está perfeitamente dentro do espírito da Carta da ONU. Aliás, não fossem as manobras dos próprios americanos e seus aliados, a Organização das Nações Unidas já deveria ter agido com este objetivo. A intervenção armada americano-inglesa no Oriente Médio ocorreu em violação aberta aos princípios das Nações Unidas. Desde que surgira uma ameaça à paz, a ONU competia atuar sem demora para preservá-la. Não está fora de tempo fazê-lo agora. É bem provável que Eisenhower, Dulles, Selwin Lloyd procurem, por todos os meios, protelar uma ação enérgica da Assembléia Geral da ONU. Tentarão, com certeza, manter as posições ocupadas no Líbano e na Jordânia, na vã esperança de assim deter as lutas dos povos árabes por sua emancipação. A própria agência telegráfica americana UPI anunciou que os Estados Unidos procuram enfraquecer a campanha pela retirada das tropas do Líbano e da Jordânia anunciando — como já o fizeram — a evacuação de 1.700 fuzileiros navais do Líbano. Ato simbólico não podem ocultar a realidade. É a realidade é a presença no Oriente Médio de muitas dezenas de milhares de soldados americanos e ingleses, de tanques, carros de assalto, a Sexta Esquadra americana rondando as costas dos países ameaçados ou invadidos. Ato simbólico não mantém a paz mundial.

Por isso mesmo, os povos do mundo, e em primeiro lugar os povos do Oriente Médio, reclamam a retirada imediata das tropas invasoras do Líbano e da Jordânia. Sua presença nesses países é um fator de inquietação internacional, de aumento da tensão em que vive o mundo. Os povos, por menores que sejam, querem ser senhores de seus destinos. Votam ódio aos opressores, aos exploradores, àqueles que não querem conformar-se com o fim da era imperialista. É o caso dos povos árabes. Donos de incomensuráveis riquezas minerais, de fontes de petróleo por muitos anos inesgotáveis, estes povos vivem na mais negra miséria. O petróleo que produzem vai multiplicar os lucros fabulosos dos magnatas dos Estados Unidos, Inglaterra e França. Conscientes hoje de sua situação, não querem mais suportar o domínio estrangeiro. Lutam pela independência nacional, pela soberania estatal, pelo progresso e o bem-estar a que têm direito.

Pela Coesão de Todas as Forças Nacionais e Democráticas do Brasil

N. R. — Reproduzimos, a seguir, o texto de um artigo publicado no nº 13, de julho do corrente ano, da revista «Portynala Jizna» («Vida de Partido»), órgão do C.C. do Partido Comunista da URSS.

A. VLADIMIROV

O Pleno ordinário do CC do Partido Comunista do Brasil realizado em março de 1958 fez um balanço do debate travado nas organizações partidárias durante quase ano e meio, quando foram apontados e criticados erros de caráter dogmático e sectário na política do Partido. As concepções revisionistas ocorridas no Partido foram também condenadas. Afirma-se na resolução do Pleno do CC: "O estudo desses erros e a necessidade de corrigi-los levaram o CC do PCB a estabelecer nova orientação política", exposta na "Declaração da Política do Partido Comunista do Brasil" aprovada pelo Pleno.

O Pleno do CC realizou-se numa situação em que os comunistas de fato, já haviam saído da ilegalidade e se entregavam a atividade política aberta. Nessa ocasião os dirigentes comunistas, de acordo com as garantias constitucionais, readquiriram o direito à atividade legal.

Confrontada com o programa do Partido, aprovado pelo IV Congresso em 1954, a Declaração faz uma nova análise e formula de maneira nova várias questões da vida política do país e da política do Partido. O PC fixou, assim nova orientação política. Explicando as causas que motivaram a nova orientação política do PC do Brasil, seu Secretário Geral, Luiz Carlos Prestes, afirma que "durante os últimos anos subestimamos o estudo da realidade brasileira, perdemos de vista os processos reais que ocorrem na vida econômica e política do país", "não estudamos as particularidades concretas do desenvolvimento histórico do Brasil".

Durante os últimos anos ocorreram na estrutura econômica do Brasil consideráveis modificações. Desenvolve-se a indústria nacional, criam-se novos setores de produção, surgem empresas de capitalismo de Estado, que começam a representar importante papel na economia do país. Cresce a classe operária. Em comparação com 1940 o proletariado industrial mais que duplicou e é constituído por cerca de dois milhões de operários. Se acrescentarmos a essa cifra os ferroviários e os empregados dos serviços públicos, teremos 3 milhões, segundo os dados de 1957. Durante o mesmo período o número de operários agrícolas assalariados, ocupados principalmente nas fazendas, aumentou de 1 milhão e 200 mil, em 1940, para 4 milhões e 400 mil, em 1957, representando 45 por cento da população rural ativa.

Apesar do rápido desenvolvimento da economia nacional, os monopólios estrangeiros, sobretudo os monopólios norte-americanos, continuam a dominar as posições-chaves na economia do Brasil. O imperialismo norte-americano procura transformar o comércio exterior do Brasil em instrumento de controle sobre a vida econômica e política do país. Por isso, ressalta-se na Declaração, o gume da luta do povo brasileiro se dirige contra o imperialismo e os elementos entreguistas no país, que o apoiam. A derrota da política do imperialismo norte-americano no Brasil e de seus agentes no país abre caminho à solução de todos os demais problemas da revolução nacional e democrática. Atualmente, a principal contradição na sociedade brasileira é a contradição entre a nação em desenvolvimento e o imperialismo norte-americano.

O progresso da economia nacional, o reforço das posições da burguesia nacional, que luta pelo desenvolvimento econômico independente, e, em particular, o crescimento da classe operária nas cidades e no campo, não podiam deixar de refletir-se sobre a vida política no país, na composição do governo e do parlamento. Em virtude disso, afirma Luiz Carlos Prestes, uma das teses do Programa do Partido, que define "o atual governo como governo de traição nacional", é errada.

O desenvolvimento do proletariado e das forças de libertação — afirma-se na Declaração — exerce influência sobre a democratização do regime político e a ampliação dos direitos para amplas camadas sociais do povo. A Constituição de 1946 proclama as liberdades democráticas fundamentais e importantes direitos sociais do povo. É verdade que nela também há artigos de caráter reacionário. No processo de sua luta a classe operária alcançou novas conquistas: liberdade sindical, previdência social mais progressista e legislação efetiva dos comunistas. Por isso, não se pode ver na Constituição apenas os aspectos reacionários e restrições à democracia e deixar de notar que inscreve importantes conquistas do povo. Firmando-se nessas conquistas, o movimento operário restaurou e ampliou as liberdades sindicais, valendo-se dos direitos democráticos garantidos pela Constituição, as massas participaram de eleições e conseguiram eleger deputados de tendências progressistas. Em virtude disso, definir a Constituição como "código de opressão" e as eleições como "farsa", o que consta do Programa do Partido, não foi compreendido pelas amplas massas populares, que não aceitaram também a palavra-de-ordem exigindo a "derubada do atual governo".

Considerando as mudanças ocorridas na distribuição das forças políticas e o desenvolvimento do movimento de libertação nacional e antiimperialista, a Declaração introduz modificações essenciais no Programa do Partido.

A Declaração afirma que na etapa atual a revolução brasileira tem caráter antiimperialista, antifeudal e democrático. No decurso do movimento de libertação nacional e antiimperialista o povo brasileiro deve livrar-se da dependência econômica e política em relação ao imperialismo norte-americano e acabar com a propriedade feudal da terra e as sobrevivências feudais dela decorrentes, o que constitui sério obstáculo ao desenvolvimento independente da economia nacional e à democratização da vida política.

O Partido Comunista do Brasil levanta a palavra-de-ordem de criação de uma frente única que possa reunir as forças nacionais, antiimperialistas e democráticas. Da frente única participam a classe operária, o campesinato, a pequena burguesia urbana, a burguesia nacional, interessada no desenvolvimento independente do país, e até mesmo parte dos latifundiários que têm contradições com o imperialismo americano, decorrentes das disputas em torno dos preços das mercadorias de exportação e da concorrência no mercado mundial. Na Declaração é previsto que da frente única também poderá participar parte da burguesia ligada aos monopólios, mas que é concorrente das corporações industriais e financeiras dos Estados Unidos, pelas quais é prejudicada.

O movimento antiimperialista que se desenvolve no país

e que abrange amplas camadas do povo brasileira é expressão da frente única nas condições atuais do Brasil. O movimento de libertação nacional e antiimperialista no Brasil assume a forma peculiar de movimento nacionalista. Este surgiu em princípios de 1957, entre alguns deputados ao Parlamento, como resposta à decisão do governo de ceder aos EE.UU a ilha Fernando de Noronha no Nordeste do país para a instalação de bases para foguetes teleguiados. A Frente Parlamentar Nacionalista foi então fundada por iniciativa de 140 deputados dos partidos Trabalhista, Socialista e Social-Progressista. Posteriormente alguns deputados do Partido Social Democrático aderiram à Frente. Por exigência dos deputados que constituem a Frente Parlamentar Nacionalista criou-se no Congresso Nacional uma comissão parlamentar que deve preparar e apresentar ao parlamento propostas para revisão da política exterior do governo, particularmente no que diz respeito aos humilhantes acordos militares celebrados com os EE.UU.

No projeto de Estatutos da Frente publicado para discussão afirma-se que o objetivo do movimento nacionalista é a libertação econômica do Brasil em relação ao domínio estrangeiro, e a defesa de seu desenvolvimento econômico independente e da cultura nacional.

Nos congressos realizados pela Frente Nacionalista em 1957 e no começo de 1958 nos Estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Pará, de cujos trabalhos participaram representantes de partidos políticos e de organizações sociais dos Estados, foram introduzidos no projeto de Programa e nos Estatutos da Frente emendas essenciais. As emendas ao Programa reduzem-se no fundamental à exigência de defender a Constituição e ampliar as liberdades democráticas, reforma agrária e extensão da legislação trabalhista ao campo, anulação dos acordos humilhantes ao povo brasileiro e política exterior independente. Os congressos elegeram os órgãos dirigentes da Frente Nacionalista nos Estados.

O Partido Comunista do Brasil hipotecou seu apoio à Frente Nacionalista e dela participa ativamente. O Partido Comunista publicou uma declaração em que expõe, sob o aspecto de plataforma de frente única, suas reivindicações, expressão da vontade das diferentes camadas e grupos sociais do povo brasileiro. Essas reivindicações são as seguintes:

1. *Política exterior independente de paz* — Estabelecimento de relações de amizade com todos os países à base do respeito mútuo, da integridade territorial e da soberania, não-agressão e não-ingerência nas questões internas de outros países, igualdade de direitos e vantagens recíprocas. Liquidação dos compromissos com quaisquer blocos militares, denúncia de tratados belicistas e de ajustes antinacionais como o da cessão de Fernando de Noronha.

2. *Desenvolvimento independente e progressista da economia nacional* — Intercâmbio comercial com todos os países, inclusive os países socialistas. Desenvolvimento da iniciativa estatal nacionalista nos setores do petróleo, energia elétrica, siderurgia, minerais estratégicos e outros setores básicos. Execução de um programa federal para o desenvolvimento das regiões mais atrasadas do país e, em particular, incentivo à industrialização do nordeste. Revogação dos privilégios cambiais ou de qualquer outra ordem concedidos ao capital estrangeiro, selecionando suas inversões de acordo com os interesses do desenvolvimento do país e sem prejuízo dos empreendimentos nacionais.

3. *Medidas de reforma agrária em favor das massas camponesas* — Redução das taxas de arrendamento e prolongamento dos seus prazos contratuais. Facilitar aos camponeses o acesso à terra, garantia da posse da terra e entrega de títulos de propriedade aos atuais posseiros. Extensão da legislação trabalhista ao campo e ajuda técnica e financeira aos camponeses.

4. *Elevação do nível de vida do povo*. — Combate enérgico à inflação e à carestia. Aumento dos salários. Democratização dos órgãos governamentais de controle do abastecimento e dos preços. Aumento das verbas destinadas à educação e saúde do povo. Estímulo ao desenvolvimento da cultura nacional. Aperfeiçoamento da legislação trabalhista.

5. *Consolidação e ampliação da legalidade democrática*. — Assegurar os direitos democráticos contidos na Constituição. Abolição completa das discriminações políticas e ideológicas. Direito de voto aos analfabetos, bem como aos soldados e marinheiros.

O Pleno do CC resolveu que as organizações do Partido tomem medidas para fortalecer e ampliar a frente única nacionalista, porque vê nisso "a unificação e concentração das forças antiimperialistas". O PC considera o advento da Frente Única Nacionalista expressão do desenvolvimento do movimento de libertação nacional antiimperialista do povo brasileiro, resultado do desenvolvimento da indústria nacional e da ampliação da luta patriótica das massas populares. O PC ressalta que a base da frente única deve ser a crescente aliança entre a classe operária e o campesinato.

"Apesar de que entre o proletariado e a burguesia haja contradições, que se manifestam em diferentes formas da luta de classes essas contradições não exigem solução radical — ressalta-se na Declaração — na etapa atual da luta antiimperialista. A luta antiimperialista que se desenvolve no país corresponde aos interesses da classe operária e de todo o povo. Apoiando o movimento nacionalista e nele participando, o proletariado celebra com a burguesia um acordo em prol de um objetivo comum: a luta contra o imperialismo norte-americano e pelo desenvolvimento independente e progressista". Apreciando com justeza o papel da burguesia no movimento antiimperialista de libertação, a Declaração indica ao mesmo tempo que a classe operária é entre todas as classes que participam do movimento antiimperialista, a classe que luta mais consequentemente pela solução antiimperialista e democrática dos problemas na ordem-do-dia. Na frente única nacionalista, o proletariado defende seus interesses específicos e também os interesses das massas trabalhadoras, e luta por ampliar as liberdades democráticas. Lutando por ampliar o movimento nacionalista e por reunir em torno do programa da frente única as mais amplas forças antiimperialistas e democráticas, as amplas massas da cidade e do campo, os comunistas se esforçam para que

essas forças aceitem a direção do proletariado, pois somente a direção da classe operária pode emprestar à frente única firmeza política e consequência na luta.

Na Declaração se observa que o ascenso das forças democráticas e nacionalistas, a participação ativa da burguesia nacional nesse movimento, sua aspiração a dominar o movimento e os órgãos da administração pública, refletem-se na composição do governo Kubitschek, no qual a burguesia nacional está representada ao lado de elementos entreguistas. A burguesia nacional adquire força não só nos partidos políticos e no Parlamento mas também no próprio governo. Apoiando-se nas massas populares e na Frente Parlamentar Nacionalista, que unifica as ações de muitos parlamentares e parte das forças armadas de tendências patrióticas, as forças nacionalistas no governo exercem influência na aprovação de importantes decisões positivas. É brilhante exemplo desse fato a defesa do monopólio estatal do petróleo e a manutenção da legalidade constitucional na vida política. Ao mesmo tempo, sob a pressão dos círculos entreguistas e do imperialismo norte-americano, os elementos nacionalistas do governo vacilam e até mesmo, às vezes, capitulam vergenhosamente, como aconteceu com a cessão aos Estados Unidos, de Fernando de Noronha.

Embora no país se intensifique a pressão das forças nacionalistas que exigem modificações na política exterior, inclusive o estabelecimento de relações econômicas e diplomáticas normais com a União Soviética e outros países do campo do socialismo, em política exterior o atual governo não continua a marchar a reboque do Departamento de Estado dos Estados Unidos. Ao mesmo tempo em que toma medidas no interesse do país, o governo continua a ajudar os monopólios imperialistas, concedendo-lhes excepcionais privilégios.

Na Declaração se afirma também que a frente única nacionalista e democrática acumula forças na luta pela solução positiva dos problemas. A luta dessas forças por modificar a composição e a política do governo atual assume cada vez mais o caráter de luta por um governo de coalizão nacionalista e democrática, capaz de realizar uma política exterior independente e pacífica, assegurar o desenvolvimento independente da economia nacional, tomar medidas para elevar o bem-estar das massas populares e assegurar as liberdades democráticas. A criação de um governo desse tipo depende do movimento de massas e do nível de sua organização.

O PC declara haver no país possibilidades reais para realizar a revolução antiimperialista e antifeudal por meio da utilização de formas e métodos pacíficos. O caminho pacífico da revolução brasileira é possível em virtude da crescente democratização da vida política, do ascenso do movimento operário e da criação da frente única nacionalista e democrática. O caminho pacífico da revolução brasileira é encarado pelo Partido Comunista do Brasil como determinada pressão das massas populares e de todas as forças nacionalistas, dentro e fora do parlamento, com o objetivo de fortalecer e ampliar o setor nacionalista do atual governo, de afastar todos os entreguistas e substituí-los por forças nacionalistas. O caminho pacífico é considerado ainda como resistência das massas populares e das forças nacionalistas no parlamento, nas forças armadas e no governo com a finalidade de restaurar a legalidade democrática e, finalmente, como vitória da frente única nacionalista e democrática nas próximas eleições de outubro.

Afirma-se ao mesmo tempo na Declaração que a escolha de formas e de métodos de luta para a transformação da sociedade brasileira depende não só do proletariado e das forças patrióticas. No caso de os inimigos do povo brasileiro empregarem a violência contra as forças progressistas da nação, é necessário ter em vista outra possibilidade: a possibilidade de resolver o problema por meio não-pacífico, não-parlamentar. Quaisquer que sejam as peripécias contra as quais o povo brasileiro deva chocar-se ao resolver pacificamente seus problemas, é sempre indispensável desenvolver amplamente a luta de classes do proletariado, do campesinato e das camadas médias urbanas da população em defesa de seus próprios interesses e dos interesses gerais do povo.

Na Declaração se observa que o povo brasileiro já conquistou importantes êxitos no parlamento, nas assembleias legislativas dos Estados e nas câmaras municipais. A experiência revela que tudo isso dá o direito de falar da possibilidade de eleger para os órgãos legislativos e executivos candidatos que assumem posições nacionalistas e democráticas. Apesar das restrições antidemocráticas existentes em consequência da concentração do poder político e econômico nas mãos das classes exploradoras, as modificações na correlação de forças em prol do desenvolvimento democrático, a ampliação da luta do povo por seus direitos e por uma maior democratização da vida social, já nas condições atuais, podem criar a possibilidade de se anular certas limitações. Os comunistas lutam pela concessão do direito de voto aos analfabetos e também aos soldados e marinheiros e pela abolição da discriminação anticomunista.

Combinadas a outras formas pacíficas e legais de luta de massas, as próximas eleições podem trazer êxitos decisivos ao povo. Nessa campanha, o Partido Comunista participa da maneira mais ativa, ao mesmo tempo em que luta por ampliar e reforçar a frente única no decurso da campanha eleitoral, esforçando-se por conseguir nas eleições a vitória dos candidatos da frente única nacionalista e democrática. Em sua Declaração o Partido afirma que apoiará nas próximas eleições os candidatos que defendem posições democráticas e nacionalistas. O PC observa que as tendências nacionalistas e democráticas se manifestam com maior vigor em partidos como o Trabalhista e o Socialista, partidos de massas nos centros urbanos. Há também elementos nacionalistas no Partido Social Democrático e na União Democrática Nacional.

A Declaração ressalta a necessidade de fortalecer ainda mais a unidade das fileiras do Partido. O Partido Comunista do Brasil tem todas as possibilidades de cumprir seu papel histórico de combatente de vanguarda pela libertação nacional e pelo progresso social do povo brasileiro. Os comunistas devem trabalhar ativamente nas organizações legais de massas, lutando abnegada e consequentemente por fortalecer a frente única nacionalista e democrática.

Bilhetes de MOSCOU

MOSCOU — 29 de Julho — (Especial para VOZ OPERÁRIA) — Chegamos de Estocolmo, viajando em avião da carreira da S.A.S., no dia 25 à noite, curto vôo de menos de quatro horas.

Aqui estamos um pequeno grupo de brasileiros, entre os quais o jornalista Murilo Marroquim, todos em trânsito para Pequim, aguardando lugares no avião em que deveremos prosseguir a viagem. A cidade está repleta de turistas de todos os países, além das delegações que aqui se reuniram para o Congresso Internacional de Arquitetos, encerrado sábado à noite. Chegamos, pois, em pleno Congresso, encontrando, em proporções talvez um pouco menores, por se tratar de reunião desse tipo, a mesma variada e colorida paisagem humana que já tivemos oportunidade de contemplar na capital sueca, no empolgante plenário do Congresso Pelo Desenvolvimento e pela Cooperação mundial.

O Hotel Ucraina

Dizem que neste momento, entre turistas, delegações estrangeiras e forasteiros que vêm à capital de todas as Repúblicas da União Soviética, Moscou abriga neste momento mais de 8.000 pessoas. Daí o congestionamento das rotas aéreas e as dificuldades que estamos encontrando, tendo chegado com as passagens para Pequim em aberto, para seguir viagem rumo à República Popular da China.

Estamos hospedados, na qualidade de convidados do governo chinês, no Hotel Ucraina, um dos mais novos e modernos de Moscou. Não é um hotel nas proporções dos grandes hotéis do Rio e de São Paulo e das principais capitais européias. É um mundo, uma cidade, uma verdadeira Babilônia. São 30 andares. Mais de 2.000 apartamentos mobiliados e equipados com a última palavra em conforto. Aqui dentro funcionam 10 restaurantes, mais de uma dúzia de bares, inclusive um, o maior no 30º andar do edifício, de largas portas abrindo para o terraço que circunda a torre central, de onde se descortina a vista deslumbrante de Moscou, cidade imensa que se estende a perder de vista pela planície, na direção dos quatro pontos cardeais. Além dos bares existem bufets em cada andar, onde tomam suas refeições os empregados e funcionários, abertos também aos hóspedes. Funcionam salões de barbeiro e cabelereiro para senhoras nas quatro alas do hotel. Existem lojas internas: livrarias, tabacarias, perfumarias, de objetos os mais diversos, de jornais e revistas e de "souvenirs". Há correios e telegráfo, várias pequenas casas de câmbio, um serviço de completa assistência médica para os hóspedes e um pequeno pronto socorro. Este mundo que é o Ucrânia possui sua própria central telefônica interna. Em cada andar há uma portaria. Perder-se aqui dentro é como perder-se numa cidade.

Moscou de Portas Abertas

Se algum desses milhares de estrangeiros que aqui se encontram — somente para o Congresso de Arquitetos eram mais de 1.000 — chegou à Moscou sob a impressão da propaganda da "cortina de ferro", terá tido a sua primeira surpresa na facilidade e rapidez com que se obtém o visto. Fizemos a experiência em Estocolmo.

Dez minutos no Consulado Soviético, ou o tempo estritamente necessário para preencher um formulário mais do que resumido, no qual, além de nacionalidade, data de nascimento, país de origem, número do passaporte, tipo do mesmo (se comum, especial ou diplomático), data de emissão e de expiração da validade, residência permanente, profissão, motivo da viagem e tempo de permanência no país, nada mais é perguntado. A papelada que se recebe no avião para preencher para a alfândega, além dessas especificações, contém mais alguns, referentes às moedas estrangeiras que cada viajante traz consigo e o montante de cada, se traz consigo objetos

de arte para exportar ou vender, e nada mais.

Onde está a "cortina"?

A segunda surpresa do viajante habituado à propaganda sobre a "cortina de ferro" é desembarcar no aeroporto e retirar a sua bagagem da alfândega sem que a mesma tenha sido aberta. As declarações feitas na papelada não são postas em dúvida. O passaporte, rapidamente examinado pelo funcionário de serviço, é imediatamente devolvido. Ao terminarem todas as formalidades, daí por diante cada estrangeiro se encontra inteiramente livre para ir e vir, visitar o que lhe aprouver, falar com quem desejar, fazer as perguntas que entender, exatamente como se estivesse em seu próprio país. Diga-se de passagem que, nesta capital, quem fala inglês, francês ou espanhol, pode prescindir quase que competentemente de intérprete, pelo menos para as necessidades normais da vida diária. É raro encontrar-se um cidadão soviético, pelo menos aqui em Moscou, homem ou mulher, jovem ou velho, que não fale, ou pelo menos não entenda um desses três idiomas. O inglês é, porém, o mais falado, além de ser idioma de estudo obrigatório. Recurso que sempre surte efeito, quando falham os outros, é a mimica.

Mais uma vez, para terminar com a surrada e desmoralizada lenda da "cortina de ferro", devo dizer que, do grupo de brasileiros, todos em trânsito para Pequim e não contando com esta parada forçada em Moscou somente os dois jornalistas tinham vistos de trânsito e de permanência. Os demais como um grupo de argentinos, companheiros de viagem desde Estocolmo, e também com rumo à China, não haviam pedido visto para o país. Nem por isso lhes foi criada qualquer dificuldade. A questão foi rapidamente resolvida no aeroporto e, se ali permanecemos cerca de duas horas antes de irmos para a cidade, foi, apenas, aguardando a resposta do hotel que pudesse alojar, nas condições já descritas, grupo tão numeroso de forasteiros.

Moscou, limiar da União Soviética, é uma cidade de portas abertas para os cidadãos de todos os países do mundo.

Cirre-se a Dissidência da UDN Fluminense

O PROBLEMA da sucessão estadual fluminense deixou em situação delicada os srs. Prado Kelly e Raul Fernandes, além de outras figuras da UDN do vizinho Estado. São conhecidas as razões que foram apresentadas pelos dissidentes da UDN do Estado do Rio, quando a maioria dos diretórios udenistas resolveu apoiar a candidatura do sr. Roberto Silveira ao Ingá. Colocavam-se eles na posição de vestais. Como seria possível o partido da eterna vigilância aliar-se ao PTB e a outras correntes não unidas dos santos óleos que dignificam o rebanho ilustre? O mais exaltado defensor dessa posição era o infável sr. Carlos Lacerda.

SOBRE o assunto pronunciaram-se os diretórios municipais da UDN, que numa proporção de 90% se manifestaram pela candidatura nacionalista de Roberto Silveira. Os dissidentes, com Lacerda na vanguarda, dirigiram-se à maioria udenista sugerindo fórmulas que redundassem em abandono do candidato do PTB. Amparado no prestígio dos srs. Raul Fernandes e Prado Kelly, o sr. Lacerda propunha novas composições para unir o partido. Em algumas das composições Lacerda aparecia como candidato de conciliação, por ele próprio insuflado. Com isso o diretor da "Tribuna de Imprensa" procurava fugir ao teste eleitoral de outubro do Distrito Federal. O medo desse candidato não é o de deixar de ser eleito. Para tanto ainda tem forças. Mas Lacerda não deseja voltar ao Palácio Tiradentes com uma votação tremendamente mais baixa que a anterior, a denotar seu desprestígio.

TÃO forçados eram os argumentos de Lacerda contra a decisão dos udenistas fluminenses que o próprio sr. Afonso Arinos foi obrigado a declará-los inconsistentes e sem relevo.

OS dissidentes do Estado do Rio recorreram à apresentação de nomes de militares. Afastada a hipótese de utilização da candidatura Eduardo Gomes, que por sua vez também não quis enfrentar o teste fluminense, foram lembrados os nomes do brigadeiro Guedes Muniz e do almirante Lúcio Meira. Nada pegou. A essa altura Lacerda fez a ameaça de abandonar a liderança do partido na Câmara e até mesmo de renunciar ao mandato, caso a alta direção udenista não regeitasse a deliberação da maioria da UDN fluminense em favor da candidatura Roberto Silveira. Manteve-se a decisão da UDN fluminense. Lacerda não abandonou a liderança nem renunciou ao mandato. A direção nacional da UDN foi mais longe, reconhecendo a existência de uma dissidência no Estado do Rio, ao mesmo tempo em que formulava apelos visando a uma «solução para o caso».

SURTIU então o apoio da dissidência ao sr. Getúlio Moura, candidato a governador. Criou-se a essa altura uma situação curiosa. O Sr. Getúlio Moura, alvo tradicio-

nal de ataques de certos corifeus da eterna vigilância, viu-se submetido a exorcismo e aceito pelos dissidentes, que não trepidaram em se unir ao PSD do Estado do Rio e que no entanto continuavam lançando anátemas ao sr. Roberto Silveira. Chegou-se a cogitar do registro do nome do sr. Prado Kelly como candidato a senador pelo PSD, num «arreglo» em torno da candidatura Getúlio Moura. Houve resistência do sr. Kelly. Recorreu-se ao sr. Raul Fernandes, que também recusou. Mas alguém, nessa corrida, haveria de aceitar a insistente oferta e esse alguém foi o sr. Raimundo Padilha, desagregador por natureza, antigo integralista, acusado de espionagem para os nazistas no Livro Azul norte-americano, que, formando briga no integralismo, fez-se campeão da «democracia ocidental e cristã» de Wall Street, como udenista, que agora ingressa na dissidência da UDN do Estado do Rio. Mas o poder de esfacelar do sr. Padilha não é muito limitado. De sorte que, tendo ele aceito a precária candidatura ao Senado, com isso não concordou o sr. Tenório Cavalcanti, alegando que, a falta de um Kelly ou de um Raul Fernandes, o senador deve ser ele próprio, com «cavaignac», capa preta, chapéu de abas viradas, lurdinha e tudo e não Padilha.

ABRESE, desse modo, uma dissidência na dissidência da UDN fluminense, coisa esta que teve como ponto de partida um plano magistral, arquitetado pelo sr. Carlos Lacerda, para unir os udenistas do Estado do Rio...

EM resumo: os srs. Prado Kelly e Raul Fernandes perdem o contato com o grosso do partido a que pertencem, o proclamado espírito democrático dos srs. Kelly e Raul Fernandes, em face da realidade e diante da campanha eleitoral, perde o encanto, pois um e outro apostolos da democracia não se submetem à deliberação de 90% da UDN fluminense. São democratas que se colocam acima da vontade da maioria e cuja posição equivoca chega a se confundir com a de figuras como as dos srs. Carlos Lacerda, Raimundo Padilha e Tenório Cavalcanti.

ENQUANTO isso, em torno da bandeira do nacionalismo, formam os partidários da candidatura Roberto Silveira um poderoso conjunto de forças, cuja vitória é fácil de se prever.

A O mesmo tempo, as lutas internas da UDN no Estado do Rio adquiriram importância nacional, porque nelas sofreu acachapante derrota a cúpula daquele partido, constituída em sua maioria de elementos entreguistas e dos mais reacionários. O episódio fluminense mostrou o quanto é frágil a posição desses elementos na sua própria agremiação e no Estado onde supostamente deviam ter raízes mais consistentes. Os udenistas fluminenses prestaram ao país o útil serviço de revelar ao país a verdadeira estatura dos Kelly e Lacerda.



MOSCOU (Press Fotoagência) — Vista da Praça Vermelha, na capital soviética. A direita o belo e antigo edifício do Museu da História. Ao fundo, a famosa catedral de São Basílio.

NOTAS sobre LIVROS

* ASTROJILDO PEREIRA *

Bruno de Menezes, BOI BUMBA (AUTO POPULAR), Belém, 1958

BRUNO de Menezes, membro da Comissão Paraense de Folclore, publica em volume o trabalho que apresentou ao Primeiro Congresso Brasileiro de Folclore, reunido em 1951. Boi Bumba é um estudo consciencioso, elaborado por mão competente, do autor popular paraense, variante regional do BUMBA MEU BOI, lido e havido pelo folgado brasileiro mais bonito e mais típico no gênero. O BOI BUMBA paraense, diz-nos Bruno de Menezes, "difere bastante da dança e enredo dramáticos, como os episódios dos reizados, da quadra de Natal, em outros Estados." É antes um "boi" das festas juninas, e sua feição mais interessante, segundo o autor, tem o toque de "simples farsa", com "um sentido satírico, na sua nota de ironia rudimentar, aos duros serviços do eito, deste o linguajar dos personagens, a característica da indumentária, aos volutes da roda, à música nostálgica..."

Na primeira parte do livro, Bruno de Menezes examina o assunto em seus aspectos históricos, sociológicos, e estéticos, expondo, com bons fundamentos, a sua interpretação da variante paraense do tradicional bailado pastoril. A não ser uma certa visão teórica de tendência histórico-cultural para explicar o fenômeno, suas origens e seu desenvolvimento, — tendência da qual discordamos, por assentar em bases "científicas" puramente idealistas, — a interpretação que lhe dá Bruno de Menezes constitui certamente uma contribuição louvável, ao enriquecimento da nossa literatura folclórica. Direi mesmo que o seu trabalho é o melhor que dispomos sobre o auto paraense, sobretudo porque se trata de uma pesquisa realizada pelo autor com base na sua própria experiência pessoal desde menino, e no depoimento oral de informantes qualificados, organizadores e participantes dos folguedos em causa.

A segunda parte do livro consta de uma descrição minuciosa do Auto, com as toadas, letra e música, que

acompanham e ilustram o seu enredo, tal qual é hoje representado. Todo o material "poético" e "dênico" do folguedo se acha registrado aqui com autenticidade, o que lhe empresta valor documental de primeira ordem.

Bruno de Menezes soube vencer adequadamente a tentação do meramente pitoresco, ou daquilo que se poderia chamar de "divertimento em si", que resultam sempre em distorção do fenômeno social chamado folclore. Seu trabalho busca justamente caracterizar os elementos sociais — condições de trabalho, propriedade da terra, modos de vida, diferenciações e lutas de classe, etc. — que condicionam as manifestações folclóricas. Daí porque atribui uma feição satírica ao BOI BUMBA. Devemos ressaltar o que há nisto de meritório, embora se trate de um ensaio a que falta a necessária unidade teórica.

Paulo de Carvalho Neto, UM EJEMPLO DE INVENCIÓN DE "FOLKLORE" — LA LEYENDA DEL NHANDUTY, separata da revista "História", Buenos Aires, 1958

De Montevidéu, onde reside e exerce o seu magistério, o prof. brasileiro Paulo de Carvalho Neto enviou-me um documentado trabalho sobre a mistificação folclórica chamada "legenda do nhanduty". Basta juntar as duas palavras — "legenda inventada" — para se avaliar até que ponto pode ir a intrujice literária de mistificadores fantasiados de folcloristas. É o que deixa demonstrado, neste trabalho, o prof. Paulo de Carvalho Neto.

A mistificação apareceu a primeira vez num jornal paraguaio, em 1927, em artigo assinado por Nicolás Amgot, e dali se espalhou pelos países vizinhos, inclusive o Brasil.

Uns de boa fé, outros por ignorância ou levianade, vários escritores paraguaios, uruguaios, argentinos e brasileiros caíram no "conto do vigário" folclórico forjado por Amgot. A legenda das mulheres-aranhas foi comentada, recontada, interpretada, poetizada, e assim amplamente divulgada entre os curiosos. Entre os "curiosos", convém frisar, porque os estudiosos e especialistas no assunto logo perceberam a mistificação. Paulo de Carvalho Neto acaba de jogar a última pá de cal sobre a invenção de Amgot.

De tudo se pode concluir, muito a propósito, que o único elemento folclórico que entrou na "legenda do nhanduty", inventada pelo "folclorista" paraguaio, foi propriamente o "conto de vigário" que lhe serviu de veículo.

PROBLEMAS de NOSSA POLÍTICA

Desenvolvimento pacífico e luta de classes

A SUBSTITUIÇÃO, no poder das classes retrógradas pelas classes novas, progressistas, que estão em ascensão — que é o que caracteriza politicamente a revolução — não deve obrigatoriamente verificar-se por meios violentos. Se existirem as condições necessárias, as novas classes poderão assumir o poder por meio pacífico e dessa forma transformar a base econômica da nação, imprimindo-lhe o caráter exigido pelas forças progressistas do país.

Portanto é preciso não confundir desenvolvimento pacífico com o reformismo, com abandono da revolução. Foi certamente, a possibilidade desta confusão por parte dos dirigentes operários que levou Mikóian a afirmar na sua intervenção no XX Congresso do PCUS: "É preciso ter em mente que a revolução — pacífica ou não — será sempre uma revolução, enquanto que o reformismo é sempre marcar passo inutilmente no mesmo lugar".

Desenvolvimento pacífico também não significa que tudo marchará placidamente, sem sérias contradições e sem luta. Pelo contrário, a luta será árdua, pois os setores reacionários, há longos anos enquistados no poder, tudo farão para não perder suas posições e para barrar o avanço das forças nacionalistas e democráticas. No processo do desenvolvimento não está excluída a possibilidade de choques agudos, que, por si só desde que não degenerem em guerra civil, não tirarão ao processo o seu caráter pacífico.

É preciso também levar em conta, está claro, o que diz a Declaração do CC. sobre a nova política do Partido: "A escolha das formas e meios para transformar a sociedade brasileira não depende somente do proletariado e das demais forças patrióticas. No caso em que os inimigos do povo brasileiro venham a empregar a violência contra as forças progressistas da nação, é indispensável ter em vista outra possibilidade — a de uma solução não pacífica". Confiamos porém, em que as forças antimonárquicas e democráticas terão as condições suficientes para garantir o curso pacífico da revolução brasileira.

"Sejam quais forem as circunstâncias que o povo brasileiro tiver de enfrentar para resolver pacificamente os seus problemas, — diz a Declaração — será sempre necessário o amplo desenvolvimento da luta de classe do proletariado, dos camponeses e das camadas médias urbanas em defesa dos seus interesses específicos e dos interesses gerais da nação".

O desenvolvimento independente e progressista da economia nacional é uma reivindicação fundamental da burguesia, proletariado e demais forças progressistas da nação. É esse o fator que une na luta antimonárquica e antifeudal. Mas a distribuição da riqueza, ou mais precisamente, da renda nacional, — renda que aumenta à medida que o país se desenvolve economicamente — entre as classes e camadas da sociedade brasileira, é um problema que pressupõe luta de classes. A burguesia procura recolher para si todos os frutos do desenvolvimento econômico do país. Por isso, as massas trabalhadoras, com o proletariado à frente, precisam lutar, não só em defesa do seu nível de vida, mas inclusive pela sua elevação; o que é perfeitamente possível, à medida que progride a economia nacional.

A luta das massas trabalhadoras em defesa dos seus interesses específicos, além disso, contribui para imprimir um curso conseqüente ao desenvolvimento de nossa economia. Esse desenvolvimento exige a inversão de vastos recursos que nos países subdesenvolvidos escasseiam. Em nosso país tais recursos podem ser conseguidos, entre outras, por medidas como a limitação da remessa para o exterior dos lucros e "royalties" das empresas estrangeiras, pelo estabelecimento e ampliação das relações comerciais com os países dispostos a negociar conosco em bases mutuamente vantajosas, obtenção de empréstimos no exterior, a juros razoáveis e em condições não lesivas aos interesses nacionais, etc...

A aplicação dessas medidas encontra pela frente a resistência dos trustes e monopólios estrangeiros e dos seus agentes internos. Faltando-lhe a necessária decisão e não se sentindo suficientemente fortes para romper essa resistência, a bur-

guesia tende para o caminho que se lhe afigura mais fácil — o da obtenção dos recursos necessários à industrialização do país, através de uma maior exploração das massas trabalhadoras. A resistência disfarçada em reter os níveis de salário mínimo, ante a desvalorização do cruzeiro, provocada pela inflação, os constantes aumentos de preços obtidos com a cumplicidade da COFAP no âmbito federal e de suas congêneres nos Estados, são, em grande parte, expressões dessa política.

Essa forma de conseguir recursos, além de ser prejudicial às massas trabalhadoras, pois busca reduzi-las a um pauperismo crescente, também não atende às necessidades do desenvolvimento econômico do país, visto

que o mantém atrelado, política e economicamente, aos trustes internacionais, inimigos da independência e do progresso da nossa Pátria. Ao mesmo tempo, esta política só pode contribuir para restringir o mercado interno.

Por isso, a luta das massas trabalhadoras pelas reivindicações específicas, por um lado representa a defesa do seu nível de vida, é a luta por uma distribuição mais equitativa da renda nacional, objetivando uma maior participação dos trabalhadores na mesma. Por outro lado, essa luta tem a virtude de impedir o aumento do grau de exploração a que está submetido o nosso povo e obrigar os setores da frente única que já participam diretamente da gestão das questões econômicas e políticas do país a voltarem-se para as soluções progressistas dos problemas do nosso desenvolvimento, rompendo com a política antinacional que ainda é imposta ao país pelos seus inimigos internos e externos.

A luta de classes do proletariado, dos camponeses e das camadas médias urbanas, atingirá tanto melhor o seu objetivo, quanto mais essas classes e camadas souberem colocar em primeiro plano o aspecto dessa luta que diz respeito aos interesses gerais da nação. Compreendendo que para conseguir melhorias substanciais nas suas condições de vida, há necessidade fundamental de conseguir a emancipação econômica do país, a completa soberania da Pátria, e ampliar e garantir as liberdades democráticas, as massas trabalhadoras devem em primeiro lugar colocar a unidade da frente única e a sua luta libertadora, e encarando a defesa das suas reivindicações específicas como uma parte indispensável dessa luta.

É pelo à União Dos Cubanos Contra a Diplomacia Dos Fuzileiros

DECLARAÇÃO DO COMITÊ CENTRAL DO CUBA, A PROPÓSITO DA OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO CUBANO POR FORÇAS ARMADAS DOS

A propósito da nova e brutal manifestação da diplomacia de fuzileiros norte-americana, desembarcando um destacamento dessas tropas em território cubano, o Comitê Central do Partido Socialista Popular de Cuba publicou enérgica declaração, a 30 de julho último.

Inicialmente, é denunciado o fato de que o ato agressivo, igual a tantos outros praticados pelos imperialistas norte-americanos no princípio deste século na América Latina, não foi divulgado por nenhum jornal ou emissora do país, amordaçados que estão pela censura da tirania de Batista. O pretexto para a invasão do território cubano por forças armadas dos Estados Unidos foi a alegada necessidade de defesa do aqueduto de Yateritas, que abastece a Base Naval de Guantanamo, ocupada pelas forças norte-americanas. Notando o fato, as agências telegráficas — mencionadas na declaração do PSP — acrescentam que essa ocupa-

ção do território cubano por forças estrangeiras foi feita por um acordo entre o comando da Base Naval (norte-americano) e o governo de Batista, por ter este declarado não poder preservar o aqueduto em face das ações das forças rebeldes na região.

E prossegue a nota do PSP: "A ação das forças norte-americanas é uma agressão ao nosso país, um ato de franca violação da soberania nacional, que não admite explicações de nenhuma espécie, mesmo tendo em conta que um governo traidor de Cuba, plenamente submetido a Washington, teria o pedido e facilitado semelhante. Na realidade, estamos diante de um dos tantos atos de agressão que vem praticando o desabusado imperialismo yanque, da mesma natureza da que sofrem o Líbano e outros povos árabes e com propósitos semelhantes. E mais: o desembarque de marinheiros yanques em solo cubano

VIDA dos Partidos e Operários e OPERÁRIOS

MÊS DA IMPRENSA COMUNISTA ITALIANA

Festeja-se na Itália o tradicional mês da imprensa comunista. No comício realizado em Novara, falou o camarada Mario Alicata, membro da direção do PCI, acentuando que neste momento, particularmente grave para a causa da paz e da liberdade, os comunistas e socialistas italianos acham-se numa mesma posição. Nesta unidade, acrescentou, reside a força dos trabalhadores italianos.

Nas comemorações de Reggio-Emilia discursou o camarada Pietro Ingrao, do secretariado do PCI, assinalando o importante papel da imprensa comunista, levando a verdade ao povo. O orador apelou para que se reunisse o mais rapidamente a conferência dos chefes de governo das grandes potências; para o reconhecimento do direito dos países árabes à independência e à soberania; para a saída de todas as tropas estrangeiras do Oriente Próximo.

No transcurso do mês da imprensa comunista italiana processou-se a coleta de fundos para o jornal "L'Unità". Somente no dia 2 de agosto foram recolhidos para aquele fim 40 milhões de liras — o que mostra o êxito da campanha.

O PC de Israel contra a agressão anglo-americana

A política do governo de Ben Gurion, de apoio direto aos agressores anglo-americanos, coloca Israel em oposição frontal aos povos árabes — declara uma resolução aprovada pelo Pleno do Comitê Central do Partido Comunista de Israel, realizada a 30 e 31 de julho último. Esta resolução declara que o Partido Comunista de Israel vem desencadeando uma campanha de massas para acabar com a ponte aérea sobre Israel, estabelecida para suprir as tropas

intervencionistas na Jordânia e exigindo a retirada das tropas de ocupação americana no Líbano e inglesas na Jordânia. O Pleno saudou "a revolução nacional antimonárquica do povo do Iraque, que destruiu o corrupto sistema monárquico feudal".

Usando da palavra durante a mencionada reunião, o

camarada Mikunis, secretário Geral do Partido, desmascarou os objetivos agressivos das forças anglo-americanas concentradas no Líbano e na Jordânia contra a Républica do Iraque e contra a República Árabe Unida, tendo em vista restabelecer as posições perdidas pelos colonialistas. O camarada Mikunis denunciou que a propaganda oficial de Israel "não somente acoberta os intervencionistas, mas também tenta desviar a atenção da opinião pública do perigo que esta intervenção representa para a causa da paz".

Depois de mostrar o perigo que representa para Israel a política oficial de aliança com os imperialistas, o camarada Mikunis conclamou o governo a mudar de política, de modo a "desfazer a tensão existente entre Israel e os países árabes e possibilitar o engajamento do nosso país no processo histórico de libertação do Oriente Médio".

FESTA DO JORNAL "VOLKSTIME"

Milhares de vienenses acorreram ao parque Prater, florido e ornamentado para a tradicional festa do jornal "Volkstime", ("Voz do Povo"), órgão central do Partido Comunista da Áustria, festa que este ano coincidiu

com o 40. aniversário da imprensa comunista na Áustria. Defendendo os direitos dos trabalhadores, o fortalecimento da neutralidade da Áustria, a preservação da paz e, no front ideológico, lutando pela purca dos princípios marxistas-leninistas, o "Volkstime" promove a amizade e a aliança dos trabalhadores conscientes da Áustria e um grand popularidade entre eles.

A festa do "Volkstime" compareceram representantes de diversos jornais operários de outros países, entre os quais da "Pravda", do "Jenminjibao", do "L'Humanité", do "Tribuna Luda", do "Rude Pravo", do "Neues Deutschland", do "Nepzabachag", do "Rabotnichesko Dielo", e outros. Muitos jornais enviaram presentes ao "Volkstime" que dizem dos êxitos dos trabalhadores na luta pelo socialismo e o comunismo. Despertou particular interesse o presente enviado pela "Pravda" — reprodutindo a façanha dos satélites artificiais da terra e que figurou na exposição. Durante a festa realizou-se um comício, no qual usaram da palavra, felicitando o "Volkstime", diversos oradores. No dia seguinte, realizou-se uma sessão, a que compareceram jornalistas gráficos e outros trabalhadores do "Volkstime", quando discursou o vice-redator-chefe da "Pravda", jornalista I. P. Prantsev.

Não é candidato dos comunistas o sr. Raul Azêdo

Leitores de Nova Iguaçu pedem-nos publicar uma nota esclarecendo que o sr. Raul Azêdo, também conhecido como Raul Almeida, não conta com o apoio eleitoral dos comunistas daquele município.

Informam estes leitores que o sr. Raul Azêdo, dizendo-se apoiado pelos comunistas, apresentou-se como candidato a vereador à Câmara Municipal de Nova Iguaçu. Esclarecem que este candidato não representa o pensamento dos comunistas e concorre ao pleito eleitoral de 3 de outubro por conta própria.

PARTIDO SOCIALISTA POPULAR DE AQUEDUTO DE YATERITAS POR FORÇAS ARMADAS DOS ESTADOS UNIDOS

é uma ingerência descarada na guerra civil que hoje abala o nosso país e uma ajuda direta do governo norte-americano às forças da tirania que, ao entregar a custódia do aqueduto de Guantanamo a forças estrangeiras de ocupação, ficam livres para reforçar a tão apregoada "campanha de extermínio" contra os cubanos que empunham armas pela liberdade de Cuba. Evidentemente, trata-se de uma colaboração, de uma divisão de trabalho entre o imperialismo yanque e o despotismo de Batista".

A declaração do Comitê Central do Partido Socialista Popular de Cuba prossegue conclamando todo o movimento oposicionista — os trabalhadores, os camponeses, as forças vivas todos os amantes da democracia, todos os patriotas — a protestar contra a agressão americana e a exigir a retirada das forças invasoras do território cubano. O documento termina com as seguintes palavras:

"Devemos unir-nos todos em uma grande ação nacional contra a ocupação yanque do aqueduto de Guantanamo e contra a ajuda que Washington proporciona à tirania batistiana. É a hora da união e da luta mais ardente pela soberania pátria, pela integridade do território nacional e pela democracia esmagada por um governo antinacional, traidor e vil laço da opressão estrangeira. Para essa união e essa ação conclamamos todos os cubanos de boa vontade, não somente os da oposição militante nos partidos e grupos do "26 de Julho", do Diretório Revolucionário, da OA e do Partido Ortodoxo, mas também todos os que — não importam suas filiações políticas ou religiosas ou sua classe, dos operários aos industriais, passando pelos camponeses, profissionais liberais, etc. brancos ou pretos, homens ou mulheres — sintam pela pátria e queiram para Cuba independência, democracia e paz".

Conferência trabalhista em Barra do Piraí

Repercutiu na cidade Barra do Piraí, Estado do Rio, a conferência ali realizada pelo deputado Aarão Steinbruch, no dia 3 do corrente. A conferência foi patrocinada pela União dos Trabalhadores de Barra do Piraí e teve o seguinte teor: a) sobre a nova Lei que concede aposentadoria aos 30 anos de serviço e 55 anos de idade; b) salário-mínimo; e c) sobre os direitos dos trabalhadores de ambos os sexos, adultos e menores, da cidade e do campo. A conferência contou com numerosa assistência que aplaudiu o deputado conferencista.

Bancários Aplicam Resoluções do VII Congresso

PONDO em prática uma das resoluções do seu VII Congresso recentemente realizado, os bancários estão em luta por aumento de salários e outras reivindicações. Os acordos decorrentes da campanha de 1957 esgotam-se em setembro no Distrito Federal e em São Paulo e no Rio Grande do Sul em outubro. Nos demais Estados também estão próximos do fim. Assim, ante o encarecimento do custo de vida no país, o VII Congresso determinou que em todos os locais fossem realizados os estudos necessários e iniciada a nova campanha salarial.

Unidade acima de tudo

O que diferencia esta campanha da maioria das campanhas salariais que vêm se realizando por todo o país, é que não se trata de uma luta local, restrita aos trabalhadores da categoria, numa só cidade ou mesmo num Estado. É uma campanha de âmbito nacional, abrange 130 mil bancários, organizados em 58 sindicatos, 14 associações estão unificadas na cúpula pela Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito (CONTEC), fundada nos últimos dias do mês de julho findo na Capital da República.

Queremos ressaltar o aspecto da articulação nacional dos bancários em sua luta, porque é uma experiência digna de ser aproveitada por outras categorias de trabalhadores, tam-

FUNDADA A CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE CRÉDITO — ORGANIZAÇÕES NASCIDAS DA LUTA E PARA A LUTA — AS CONQUISTAS QUE A UNIDADE POSSIBILITOU — SOLIDARIEDADE INTERNACIONAL — LUTA NACIONALISTA — AUMENTO DE SALÁRIO PARA TODOS OS BANCÁRIOS DO PAÍS

Reportagem de LUIZ GHILARDINI

bem possuidoras de federações e confederações, e que no entanto lutam desunidas pelos Estados e mesmo pelos municípios do nosso imenso Brasil. Essa falta de unidade, por um lado, deixa a classe operária a mercê dos seus exploradores, e por outro, impede-lhe a desempenhar em toda a sua plenitude o papel que lhe cabe na vida política, na luta pela emancipação econômica do país.

Organizações nascidas na luta

As organizações de grau superior dos bancários são todas de criação recente. Até a realização do VI Congresso

so, em 1956, em Porto Alegre, somente possuíam a Federação do Rio Grande do Sul. O VI Congresso traçou planos para a criação de outras federações. Assim foram criadas as Federações de Minas-Goiás, São Paulo-Paraná, Distrito Federal-Estado do Rio-Espírito Santo e a dos Estados do Norte e Nordeste, alguns ainda em fase de obter reconhecimento pelo Ministério do Trabalho.

A própria vida indicou aos trabalhadores bancários a necessidade da sua unificação em escala nacional. Antes lutavam dispersos como ainda acontece com a maioria das categorias profissionais. Para campanha salarial de 1956 criaram um órgão para coordenar a luta nacionalmente — a Comissão Executiva Nacional dos Bancários. Depois disso, não só foi levada a cabo vitoriosamente a campanha de 1956, como outras reivindicações foram conquistadas, mercê da unidade atingida.

Em 1957 pela primeira vez foi conquistado aumento de salário à base da mesma percentagem (30%) para os bancários de todo o país, embora com mínimos e máximos variáveis, em virtude das disparidades de salários existentes entre as diferentes regiões do território nacional. Foi reconquistado o direito à aposentadoria ordinária, o que abriu a possibilidade para que em maio deste ano esse direito fosse estendido a todos os trabalhadores. Embora não seja ainda uma conquista estabelecida em lei, passou-se a reconhecer o direito dos bancários a indicarem o presidente do IAPB, assim como os titulares das delegacias regionais dessa autarquia. A instalação da Carteira Imobiliária pelo IAPB, foi outra vitória alcançada.

Os êxitos conseguidos sob a atividade coordenadora da Comissão Executiva Nacional fez os bancários compreenderem que além das federações era necessária a criação de uma entidade que fosse a forma organizativa eficiente

para consolidar a unidade nacional dos bancários, aparelhando-os para o empreendimento de campanhas mais decisivas em prol dos integrantes da categoria. Foi assim que marcharam para a fundação da CONTEC, a qual já nasceu coordenando, juntamente com as federações, a atual campanha por aumento de salário. Vemos, portanto, que as organizações de grau superior dos bancários nasceram da luta dos trabalhadores pelas suas reivindicações e para melhor orientação e êxito dessas lutas, o que, a nosso ver, as diferencia «algor», e um sentido positivo, das demais federações e confederações de trabalhadores existentes no país, cuja ausência, com raras exceções, vem sendo notada nos movimentos reivindicatórios das massas laboriosas que deveriam representar.

Unidade além das fronteiras

O sentimento de unidade dos bancários não se limita à sua própria categoria, ainda que em âmbito nacional. A sua solidariedade tem estado presente nas lutas de outras categorias profissionais, e a sua participação nos Congressos e Conferências de trabalhadores em geral é sempre das mais destacadas. No momento, os bancários do Rio desenvolvem grande atividade como participantes da Comissão Organizadora da II Convenção dos Trabalhadores do Distrito Federal, a realizar-se em setembro.

No que se relaciona com o intercâmbio fraternal com os bancários de outros países, numa reunião nacional, em fevereiro de 1957, decidiram enviar uma delegação ao Chile, para prestar solidariedade aos seus colegas daquele país vítimas de arbitrariedades quando no exercício de atividades sindicais e pleitear junto ao governo chileno anistia para os companheiros que se encontravam demitidos dos seus empregos. A delegação não chegou.

Conclui na pág. 11)

Ferrovários da Leste Brasileiro Expõem os Seus Problemas

BAIXOS VENCIMENTOS E EXCESSO DE TRABALHO — NÃO RECEBEM AS HORAS EXTRA — LOCOMOTIVAS COM MAIS DE 50 ANOS DE SERVIÇO — NECESSIDADE DE UM AMBULATÓRIO DA CAPFESP EM ARACAJU

POR ocasião do II Congresso Nacional Extraordinário dos Servidores Públicos, recentemente realizado no Distrito Federal, falaram à nossa reportagem os sr. Daniel Monteiro de Jesus, Antonio Bitencourt e Walter Quirino, integrantes da delegação do Estado de Sergipe. Funcionários da Estrada de Ferro Leste Brasileiro, de cuja União dos Ferrovários os dois primeiros são, respectivamente, presidente e tesoureiro, aqueles trabalhadores abordaram a situação em que se encontra a referida Estrada de Ferro e algumas das reivindicações dos seus servidores.

Pagamentos das horas extras

A grande maioria dos aproximadamente 10 mil ferrovários percebe o salário de 3.800 cruzeiros, com o qual têm de fazer frente a um elevado custo de vida, principalmente os residentes em Aracaju, um dos locais do Brasil em que a vida é mais cara. No entanto, a Estrada não paga aos seus servidores as horas de trabalho extra, sendo o esbulho muito maior para as equipes de tráfego, que frequentemente trabalham dia e noite.

Além do recebimento das horas extras, os servidores lutam também para que o pagamento seja realizado até o dia 5 de cada mês nos fins de linha. A normalização dos pagamentos é uma necessidade. Os trabalhadores com as suas lutas conseguiram eliminar os atrasos de 3 e 4 meses que antes se verificavam, no entanto com frequência, atualmente esses

atrasos ainda chegam a ser de 15 dias.

A instalação de dormitórios nos pontos de pernoite é outra reivindicação dos ferrovários. Esses pontos não possuem conforto algum e as equipes de tráfego são obrigadas a carregar rédes para poderem nelas descansar, embora precariamente.

Locomotivas com mais de 50 anos

As condições de trabalho na ferrovia são muito precárias. O número de trabalhadores é insuficiente para o vulto de serviço existente. Há muito tempo que as vagões verificadas, seja por motivo de aposentadoria de funcionários ou por qualquer outro, não são preenchidas, sobrecarregando-se com o trabalho dos aposentados ou demissionários os trabalhadores remanescentes.

O material rodante da ferrovia está quase todo impraticável. Não há peças sobressalentes nem material necessário para a realização de consertos. Os trabalhadores são obrigados a remendar o material velho, o que além de prejudicar o rendimento dos transportes, mantém os operários sujeitos ao constante risco de acidentes no trabalho. As locomotivas em tráfego são em número insuficiente e contam todas com mais de 50 anos de serviço. Queimam lenha, o que tem contribuído para a devastação das reservas florestais do Estado. Por proposta do senador Lourival Fontes, o Congresso Nacional aprovou uma verba de 5 milhões para a eletrificação do trecho da Estrada entre Aracaju e Salgado, porém os trabalhos não foram sequer iniciados.

O aumento do número de ferrovários, o melhor aparelhamento da Estrada com material básico e para consertos, são medidas necessárias e inadiáveis.

Moradia e Assistência Médica

A moradia é outro problema aflitivo para os ferrovários. Moram em barracos

sem conforto, pagando alugueis escorchantes, quando não se vêem obrigados a assumir compromissos pesados, sacrificando a família — que em geral a possuem numerosa — para construir uma casa modesta.

No que se relaciona com a assistência médica e hospitalar a situação não é melhor. Em Aracaju a CAPFESP possui uma equipe de médicos, porém ali não há sequer ambulatório da Calxa. Os enfermos que necessitam ser hospitalizados devem ser enviados para Salvador (16 horas de trem), tendo já acontecido de doentes morrerem em viagem, antes de poderem ser socorridos.

Assim os ferrovários também reivindicam a reabertura, em Aracaju, da Carteira Imobiliária e de Empréstimos da CAPFESP, que há 8 anos não funciona, a fim de procurar resolver o problema da moradia. Quanto à assistência médica e hospitalar, reivindicam que a CAPFESP entre em entendimentos com os estabelecimentos hospitalares de Aracaju a fim de que os ferrovários possam dispôr ali mesmo, de toda a assistência possível dentro dos recursos existentes na cidade.

II CONVENÇÃO DO D. F.:

A Aplicação Das Leis Sociais e a Organização Nos Locais de Trabalho

ROBERTO MORENA

NUMA discussão realizada no Sindicato dos Oficiais Marceneiros desta capital, sobre a atividade de seu Departamento Jurídico, surgiu um problema de enorme importância para a vida dos organismos sindicais: a necessidade de levar às fábricas, às empresas e aos locais de trabalho a organização sindical. Trata-se do seguinte: a administração dos sindicatos não pode atender, como deveria e poderia fazer, aos reclamos individuais e coletivos de seus associados. As reclamações de cada caso individual, de grupos, são de tal monta, que a direção do sindicato perde a noção do conjunto, sendo levada a resolver problemas sem o menor pronunciamento ou mesmo conhecimento dos trabalhadores da categoria profissional que a organização sindical representa. Perde assim a entidade sindical a oportunidade de educar, articular os fatos, a própria massa de associados.

Nessa entidade sindical, a que nos referimos, embora o Departamento Jurídico tenha multiplicado suas atividades e dois diretores dediquem cerca de 90 por cento de sua ação a esse Departamento, muitos casos não são tratados devidamente, ocasionando-se assim inúmeras queixas, que se refletem diretamente na própria organização sindical.

A uma justa conclusão chegaram os participantes da discussão: a deficiência ou quase ausência da organização sindical nos locais de trabalho é a maior responsável por esses fatos. Aliás, deve-se ter em conta que um dos lados mais débeis, mais vulneráveis

do sistema sindical brasileiro, é a falta de garantia que têm os sindicatos de manter uma organização ou uma representação nos locais de trabalho. Se tal coisa existisse muitas pequenas ou mesmo grandes questões poderiam ser resolvidas entre a organização sindical nas empresas e os empregadores respectivos, sem necessidade de recurso à direção do sindicato ou à Justiça do Trabalho.

Esta é uma questão de grande importância que deve ser abordada na II Convenção dos Trabalhadores do Distrito Federal, a efetuar-se nos dias 2 a 6 de setembro próximo. Nesse conclave será examinado o problema da fiscalização, ou melhor, de como se aplicam as leis sociais e trabalhistas. Mas como se pode fazer essa fiscalização, sem que os

sindicatos conquistem o direito de ver constada como uma realidade a representação sindical nos locais de trabalho? Como se pode pensar sequer em fiscalizar a aplicação das leis sociais, só por meio de um deficiente e as vezes suspeito corpo de fiscais do Ministério do Trabalho ou por suas Delegacias, numa rede grande de fábricas pequenas e poderosas empresas, por meio de fiscais que não entram em contato com os trabalhadores, porque não passam dos escritórios?

Só com uma organização nos locais de trabalho e respeito aos direitos adquiridos pelos trabalhadores pode ser melhorado gradativamente. Por isso, ao lado das medidas que a II Convenção tomar para dar impulso à conquista mais rápida de reivindicações,

como o aumento de salários, a elevação do salário-mínimo, a regulamentação do exercício do direito de greve ou a lei orgânica de previdência social, os problemas da organização sindical têm uma importância enorme.

Os programas aprovados não são cumpridos, porque não são levados aos locais de trabalho, não recebem o calor e a força que os trabalhadores lhes dão para que se tornem uma realidade. Na I Convenção dos Trabalhadores do Distrito Federal, realizada em 1957, como em outros conclaves estaduais ou municipais, esse problema não foi seriamente ventilado e por isso não se tomaram sérias medidas para que os trabalhadores fossem mobilizados e organizados.

Não é por acaso que muitas decisões da I Conferência Sindical Nacional não tiveram ainda cumprimento. As direções das Confederações e Federações estão realizando um trabalho burocrático isolado, sem ouvir, sem mobilizar os trabalhadores ou os sindicatos. Também não é casual o baixo índice sindical e número reduzido de associados que participam dos pleitos eleitorais nos sindicatos.

Estes problemas da organização sindical estão reclamando uma séria atenção dos militantes sindicais. E por isso, estamos certos, esses temas ocuparão um lugar de importância na II Convenção dos Trabalhadores do DF., que será efetuada nos dias 2 a 6 de setembro vindouro.

Em Marcha Lenta a Fixação dos Novos Níveis de Salário-Mínimo

Pedida a revisão no Distrito Federal — Pala vras vagas do Ministro do Trabalho — Continua faltando mais atividade das entidades sindicais

DIRIGENTES sindicais do Rio, tendo à frente o vice-presidente da CNTI, compareceram ao gabinete do Ministro do Trabalho solici-

taram a imediata revisão do salário-mínimo e a normalização da situação da Comissão de Salário-Mínimo do Distrito Federal, nomeando-se

seu presidente.

A iniciativa dos dirigentes cariocas já vem com bastante atraso, principalmente quando se sabe que em outros Estados a revisão já foi requerida oficialmente, e que há uma resolução da I Conferência Nacional Sindical segundo a qual os trabalhos para a revisão deveriam ter-se iniciado em abril deste ano.

As palavras do ministro do Trabalho aos dirigentes sindicais que o visitaram, porém, continuam dando uma idéia muito vaga da marcha da revisão. Pelo que foi divulgado, afirmou o sr. Fernando Nóbrega que o governo está enfrentando o problema... que para os estudos básicos sobre a revisão salarial há necessidade de recursos e estes deverão ser fornecidos pelo Fundo Sindical. Querera isso dizer que os estudos ainda não foram iniciados por que o Fundo Sindical ainda não deu o dinheiro? Disse mais o Ministro:

«O Presidente da República deverá, oportunamente, determinar o prazo para o término dos estudos sobre a revisão salarial». Término para quando? 1959, ano do prazo normal para a revisão, se aproxima. Será que não teremos revisão em caráter excepcional? Finalmente, o sr. João Goulart, vice-presidente da República, estaria in-

teressado em que seja resolvido o aumento da tabela do salário-mínimo. Muito bem! Mas é preciso que esse interesse saia do terreno das palavras e se transforme em atos concretos pela elevação do salário em questão. O vice-presidente não está tomando conhecimento do assunto agora. Ele prestigiou a I Conferência Nacional e uma das principais resoluções desse conclave foi precisamente sobre a revisão dos níveis de salário-mínimo. Não ignorava o problema, portanto.

Enquanto isso, as Comissões de Salário-Mínimo em outras regiões, como é o caso da de São Paulo, continuam esperando o envio dos dados oficiais através do SEPT para poder dar prosseguimento aos seus trabalhos. Não estaria havendo uma demora proposital, a fim de se fazer passar o tempo e a revisão ser realizada somente após o esgotamento do prazo normal?

De qualquer forma, é evidente que continua faltando com a intensidade necessária, a ação das massas trabalhadoras e dos Sindicatos, fazendo pressão junto aos órgãos e autoridades competentes para forçar o andamento das medidas para a revisão. É essa falta a ser corrigida e que reclama a atenção das entidades e dirigentes sindicais.

Acontecimentos da Vida SINDICAL

— Os funcionários do Instituto do Café, sediados em Campos, Estado do Rio, reclamam contra os baixos salários que percebem, classificando-os como «salários de fome». Dirigiram-se à autarquia visando obter aumento.

* * *

— Foi convocada a Conferência Sindical do Estado do Espírito Santo, a qual deverá realizar-se no dia 31 do corrente mês em Cachoeiro de Itapemirim.

* * *

— Ainda no Espírito Santo, presidentes de Sindicatos da capital e do interior reuniram-se em Vitória, para discutir problemas referentes à Lei Orgânica da Previdência Social e ao salário mínimo.

* * *

— Os trabalhadores em tinturarias e lavandarias de São Paulo conquistaram aumento de salário de 10% de julho a setembro e mais 5% a partir de outubro. O aumento é sobre os salários vigentes em março de 1957.

* * *

— O «Forum de Debates Sindicais» da cidade de Santos dirigiu-se aos órgãos de classe daquela cidade, a fim de que entrem em contato com as entidades sindicais do Rio e São Paulo, no sentido de coordenarem um movimento grevista limitado à duração de 5 a 10 minutos e hasteamento das bandeiras dos sindicatos a meio pau, 3 dias antes da apreciação, pelo Congresso, do veto do presidente da República ao art. 4º da Lei de Aposentadoria.

* * *

— Marinheiros, Foguistas e Tafeiros instalaram, em Santos, uma delegacia em conjunto para os 3 respectivos sindicatos.

* * *

— Foi lida na Assembléia Legislativa Paulista uma representação da Federação das Associações dos Aposentados e Pensionistas dos Institutos e Caixas de Aposentadoria, apoiada por Sindicatos de Santos, São Vicente, Guarujá e Cubatão, protestando contra o veto do Presidente da República ao art. 4º da Lei de Aposentadoria.

* * *

— O deputado Rocha Mendes Filho apresentou à Assembléia Legislativa Paulista um projeto de Lei reconhecendo como de utilidade pública as Federações, Sindicatos e Associações de trabalhadores do Estado de São Paulo.

* * *

— A Conferência dos Sindicatos de Trabalhadores dos países da Europa, realizada em Berlim de 20 a 22 de julho findo, dirigiu-se aos Sindicatos de São Paulo em apelo para a luta contra as armas atômicas.

Não Deixou a Câmara...

Conclusão

Concessões injustificáveis. Esse traste americano encarece, de maneira absurda, o preço da energia que distribui.

Observou o sr. Dagoberto Sales que a mesma coisa sucede noutras regiões do país, como por exemplo em São Paulo onde usinas construídas com recursos estatais estão sendo exploradas pelo mesmo sistema de distribuição, ótimo negócio para os dois gigantes os trustes da eletricidade e o péssimo negócio para a economia nacional.

A política dos trustes de eletricidade, os quais deixaram praticamente de fazer investimentos no Brasil, passando agora a auferir lucros por meio do aproveitamento de empresas construídas com recursos do Erário, foi analisada em detalhes no discurso do sr. Dagoberto Sales.

Comissão de Inquérito

Na parte do discurso referente à exploração das usinas elétricas do governo pelos trustes americanos de eletricidade, o sr. Dagoberto Sales não ficou no terreno da denúncia. Anunciou que a Frente Parlamentar Nacionalista vai recorrer à arma da Comissão Parlamentar de Inquérito, obrigando por esse meio os responsáveis nacionais e estrangeiros por esse estado de coisas que deponham num órgão específico do Poder Legislativo, a fim de que posteriormente sejam tomadas as medidas necessárias.

Dulles e a OPA

Falando sobre a visita do sr. Dulles ao Brasil e sobre a Operação Pan-Americana, ou OPA, tivemos também na tribuna o líder da oposição, sr. Afonso Arinos. Foi um discurso extenso, de cerca de duas horas. Dedicou-se o sr. Arinos, principalmente, ao exame de aspectos formais da visita do secretário de Estado norte-americano.

Houve entre o sr. Arinos e o vice-líder do governo, sr. Hugo Napoleão, curioso debate em torno da competência ou da autoridade do sr. Juscelino Kubitschek para promover movimentos do tipo da chamada

Operação Pan-Americana. Muito papel e muita ponta de lápis foram gastos pelos laqueados e jornalistas, enquanto os srs. Arinos e Napoleão, solenemente, descorriam sobre a competência e a autoridade do presidente da República, ao assumir espontaneamente o papel de estadista de projeção continental e de promotor da revisão de estilos diplomáticos neste pedaço de mundo livre.

Curioso, porém, é que os dois homens solenes do tipo dos srs. Afonso Arinos e Hugo Napoleão, ocasionalmente colocados em campos opostos, mas fundamentalmente ligados um ao outro pelos mesmos pontos de vista em face da política mundial, tenham sido levados, no debate que travaram sobre a visita do sr. Dulles, a fazer restrições às diretrizes emanadas do Departamento de Estado.

O sr. Arinos, tratando da questão da famosa «ajuda» americana aos países do continente, afirmou que os Estados Unidos devem mudar de orientação pois estão gastando com despesas militares 90 vezes mais do que com os auxílios ao desenvolvimento industrial dos países latino-americanos.

É verdade que o líder da oposição apressou-se em observar que as despesas militares norte-americanas eram «formadas pelas contingências».

reparo do sr. Hugo Napoleão referiu-se às preocupações e ao estado de ânimo que lavram no continente. Acha o sr. Napoleão que a Operação JK poderá influir no sentido do desaparecimento das preocupações e na modificação para melhor, do estado de ânimo existente na América Latina e por sinal muito bem expresso por ocasião da excursão do sr. Nixon e da própria visita do sr. Dulles ao Brasil, em cujas passagens passou como uma bala, cercado das precauções que usavam, em plena guerra, os «gauleiters» que Adolfo Hitler nos países ocupados pela Wehrmacht.

Assim, mesmo semi-desértica, não deixou a Câmara passar em branca nuvem a viagem do sr. Dulles ao Brasil.

MÉDICOS AFIRMAM:

Impossível Viver Nas Salinas Do Rio Grande do Norte

RELATÓRIO DOS MÉDICOS DA D. H. S. T. CONTA A TRAGÉDIA DOS TRABALHADORES DAS SALINAS DE MOSSORÓ, AREIA BRANCA E GROSSOS

OS trabalhadores das salinas de Mossoró, Areia Branca e Grossos estão em luta para conseguir que os salários lhes sejam pagos acrescidos da respectiva taxa de insalubridade, de acordo com o que determina a Consolidação das Leis do Trabalho.

As condições verdadeiramente brutais e desumanas do trabalho que executam foram verificadas pelos médicos da Divisão de Higiene e Segurança do Trabalho, que as documentaram em seu relatório. O relatório começa

dizendo que os trabalhadores são muito mal nutridos, que mesmo os mais jovens têm os olhos circundados por «pés de galinha». «O salário é miserável e a vida quase impossível.»

Condições de vida Taxa insuficiente

Sobre as condições de vida afirma o relatório:

«A água para beber, nas salinas, é turva, quente e de gosto fortemente salobro. A dormida é feita em redes, dispostas desordenadamente, em baixo da cobertura do acampamento que não raramente abriga 300 trabalhadores, na maior promiscuidade. A cozinha é no próprio solo em escavações do tipo das usadas pelos gaúchos nos churrascos de campanha. O feijão com carne de sol, farinha d'água e a pimenta completam essa dieta alimentar básica, pobre de vitaminas e sais minerais. De um modo geral não existem banheiros nem instalações sanitárias. As dejeções são lançadas no próprio solo, ao lado mesmo das pirâmides de sal, que aguardam o processamento de «cura». A iluminação para os serviços noturnos nas salinas do Norte é garantida por uma lâmpada de querosene chamada «piraca» que lança pálida luz amarelada e intenso fumo negro o qual incômoda e dificulta o trabalho e contra o uso dessa lâmpada a comissão recebeu numerosas queixas».

Falando das doenças profissionais de que são ataca-

dos os trabalhadores das salinas, os médicos referem-se à afecções dos olhos e da pele, de incidência muito acentuada, à hipertrofia muscular e às rachaduras nas plantas dos pés e das mãos. O inferno do trabalho nas salinas é tal que o próprio Instituto Brasileiro do Sal reconhece que ele é árduo, penoso e acarreta os sacrifícios para a saúde dos trabalhadores.

Taxa insuficiente

Não obstante o quadro pintado pelos médicos em seu relatório, o Ministério do Trabalho fixou a taxa de insalubridade em 20%, porém o fez sobre o salário mínimo da região. Isso não atende os interesses dos trabalhadores, os quais pretendem que a dita taxa seja fixada sobre o total dos serviços realizados.

A propósito é interessante notar que tanto autoridades como empregadores parecem ter verdadeira ogeriza ao pagamento de taxas de insalubridade, pelo menos no que se relaciona com o sal. Ainda há pouco tempo houve tentativa de retirar aos estivadores a taxa de insalubridade que percebem na estiva do referido produto. Levada a questão ao Ministério do Trabalho, diante da disposição dos trabalhadores de irem à greve em defesa dos seus direitos, foi a taxa mantida, porém a título de «trabalho penoso» e não de insalubridade. Sendo dos mais antigos em nosso país os trabalhos nas salinas, somente agora, cor-

tamente pressionadas pelos operários, é que as autoridades reconhecem a sua insalubridade. Mas assim mesmo, ainda querem furtar-se de atender à reivindicação dos trabalhadores de forma justa. Com isso não estão de acordo os 25 mil salineiros, que estão dispostos a irem à greve caso não sejam atendidos da forma que pretendem.

«NAUTILUS» E A CIÊNCIA A SERVIÇO DA PAZ

MAIS uma grande conquista da ciência atômica: o cruzeiro do submarino atômico norte-americano «Nautilus» sob os gélos do Polo. Tendo partido de Honolulu, no Pacífico, a 23 de julho último, o primeiro submersível atômico dos EE. UU. atingiu o Estreito de Behring a 29. Nas costas do Alasca, mergulhou sob os gélos árticos, alcançando o Polo Norte a 3 de agosto. Dois dias depois voltou à superfície nas proximidades da Groenlândia. Durante 96 horas, o «Nautilus» percorreu 3.088 quilômetros sob o gelo.

Desta forma, pela primeira vez, foi feita a passagem submarina entre o Atlântico e o Pacífico, reduzindo a distância de Tóquio a Londres de 17.920 quilômetros para 10.080 quilômetros.

Temos assim mais uma utilização de caráter científico da energia atômica, que em alguns países já vem sendo aplicada com êxito no tratamento de doenças, assim como na indústria e na agricultura. Somente essa maravilhosa conquista do gênio humano poderia tornar possível a façanha que acaba de realizar o «Nautilus» sob a grossa camada de gelo que cobre a região polar. Este aspecto científico do cruzeiro do «Nautilus» só pode causar justo orgulho a toda a humanidade. Mostra as incalculáveis possibilidades do emprego das descobertas da ciência para fins pacíficos.

Não podemos, porém, ocultar o fato de que os círculos dirigentes dos Estados Unidos querem ver o feito do «Nautilus» com objetivos os

mais contrários aos interesses da humanidade: como tendo aberto um caminho para levar a guerra atômica às fronteiras setentrionais da União Soviética. Os porta-vozes dos imperialistas americanos não ocultaram seu propósito ante esta possibilidade. A revista americana «Visão» reproduziu a opinião do comandante da flotilha de submarinos americanos do Pacífico, almirante Grenfell, de que «esta demonstrada a possibilidade dos submarinos atômicos dos Estados Unidos atingirem a maior parte da União Soviética com projetos balísticos do tipo «Polaris».

Não será este um exemplo de «chantagem balística» a que se referiu o Presidente Eisenhower no seu discurso de 13 do corrente na Assembléia Geral da ONU?



Nas Ruas de João Pessoa O Povo Repudiou Foster Dulles

MANIFESTAÇÕES DIVERSAS FORAM PROMOVIDAS PELO MOVIMENTO NACIONALISTA E PELOS ESTUDANTES

JOÃO PESSOA, 4 (Do correspondente, João Manoel de Carvalho) — A Paraíba repudiou publicamente a visita do sr. John Foster Dulles, embaixador dos trustes, através de manifestações levadas a efeito pelos nacionalistas e estudantes universitários e secundaristas.

Eudes Costa (Pernambuco) e outros membros do MNB.

John Foster Dulles, secretário de Estado americano.

Faixas

No local do comício, os nacionalistas e líderes estudantis apuseram várias faixas contendo os seguintes dísticos: "O POVO PARAIBANO REPUDIJA JOHN FOSTER DULLES EMBAIXADOR DOS TRUSTES" e "FOSTER DULLES VEM ACABAR DE ENTREGAR O BRASIL AOS TRUSTES".

Manifesto

Também na ocasião, o Movimento Nacionalista Brasileiro, seção da Paraíba, distribuiu ao povo paraibano um manifesto contendo as razões do repúdio e do protesto público da Paraíba pela presença do embaixador

Entérro simbólico

Grande massa humana liderada por estudantes universitários e secundaristas, realizou o entérro simbólico do sr. Foster Dulles, cujo "féretro" foi acompanhado por milhares de pessoas. No local do "entérro", à frente da Amplificadora "Voz dos Estudantes", foi realizado novo comício quando fizeram perante grande multidão, o ex-deputado federal Osmar de Aquino, dr. Leonardo Leal, líder guarabirense Jorge Lacerda e populares.

O repúdio manifestado pelo povo desta capital ao caixão viajante dos trustes yanques, é mais uma demonstração do crescimento da consciência nacionalista dos paraibanos e a sua vigilância na defesa das liberdades e da independência do Brasil.

Comício

Na tarde do dia da chegada do indesejável representante do imperialismo norte-americano, a seção estadual do Movimento Nacionalista Brasileiro realizou comício no centro da cidade (Ponto de Cem Reis), oportunidade em que falaram o advogado Alfredo Pessoa de Lima, jornalista Joaquim Ferreira Filho, cirurgião dentista Leonardo Leal, bel. Bento da Gama, líder estudantil

A BATALHA da DIFUSÃO

AUMENTOS: Belo Horizonte mais 10 por cento; Maceló mais 38 por cento; Birigui mais 34 por cento.

AGÊNCIA RESTABELECIDAS: Uberlândia) Nova Friburgo;

AGÊNCIA REDUZIDA: Campos menos 17 por cento.

NOVOS ASSINANTES: Bom Despacho — MG (2).

AGÊNCIA SUSPensa: Itaipava.

Transferência de endereços e mudanças de agentes: Recebemos e providenciamos a mudança do endereço e agente em Nova Friburgo e agente em Brasília.

Correspondência: Itaipava — Atendemos ao pedido do nosso agente em Itaipava e os atrasados já seguiram com nossa remessa do número 476.

X X X

Até esta data, não recebemos os valores referentes a folhetos que enviamos para os senhores: Carlos Rosa em Londrina — Paraná; Valparaíso — NOB em São Paulo; Abraão Isaac Neto em Goiânia.

PAGAMENTOS DE 7-8 a 13-8-58: Povo de Caldas Cr\$ 500,00; Ponta Grossa Cr\$ 1.385,00; Distribuidora Riachuelo Cr\$ 19.000,00; Brasília Cr\$ 500,00; Campina Grande Cr\$ 200,00; Pompéia Cr\$ 200,00; Curitiba Cr\$ 500,00; Diamantina Cr\$ 500,00; Maringá Cr\$ 1.000,00; Uberlândia Cr\$ 1.000,00; Barretos Cr\$ 600,00; Itaipava Cr\$ 250,00; Belo Horizonte Cr\$ 150,00; São Luiz (VV) Cr\$ 60,00; Manaus Cr\$ 640,00; Dracena Cr\$ 150,00; Nova Lima Cr\$ 200,00; Rio Bonito Cr\$ 500,00; Curitiba Cr\$ 150,00.

X X X

NOTA: Qualquer pagamento de VOZ OPERÁRIA, deve ser remetido para o Rio de Janeiro, em nome de Henrique Cordeiro — Avenida Rio Branco, 257 — 170. andar — Sala 1718. Fazemos esta nota, porque alguns agentes tem remetido importâncias para São Paulo, o que torna impossível para nós, a retirada desses valores. Pedimos ainda para quem mandou valor para São Paulo, que peça sua devolução e os remeta para o Rio.

Bancários Aplicam resoluções do VII Congresso.

Conclusão da 9a. página
gou a concretizar a sua visita de confraternização porque os acontecimentos de natureza política que na época ocorriam no Chile o impediram. Por ocasião da greve dos bancários argentinos, elementos da Comissão Executiva Nacional foram enviados para o país platino e se solidarizaram com o movimento, que por sinal terminou vitorioso.

O VII Congresso também tomou importantes resoluções relacionadas com este problema. Uma delas é a que pleiteia a extensão dos benefícios do funcionalismo do Banco do Brasil aos bancários uruguaios e paraguaios em exercício nas agências de Montevideu e Assunção. Outra foi a de envio de ofício ao Presidente da República, solicitando que acolha os sentimentos de unidade bancária continental, autorizando as entidades sindicais bancárias legalmente constituídas no país, a se filiarem ao organismo que representa o sentimento fraternal dos bancários latino-americanos — a Confederação Americana de Bancários (CADEB).

Luta Nacionalista

Dissemos atrás que a falta de unidade dos trabalhadores lhes impede de desempenhar com plenitude o papel que lhes cabe na vida política, no desenvolvimento da indústria e na emancipação econômica do país. Inversamente, o grau de unidade e de organização atingido pelos bancários têm-lhes permitido a formação de uma consciência política avançada. Os debates sobre os mais transcendentes problemas do país e os pronunciamentos a respeito adotado pelos seus conclave, certamente têm transformado cada um dos seus participantes em propagandistas das idéias emancipadoras de nossa Pátria e que nos mais longínquos rincões do Brasil contribuem para a formação da consciência nacionalista do nosso povo.

Não por acaso, o VII Congresso dos bancários, realizado em abril deste ano em Belo Horizonte, teve como patrono Tiradentes, o "Martir da Independência". Discursando, na instalação do Congresso, em nome da Federação dos Bancários de S. Paulo e Paraná, o sr. Milton Marcondes, presidente

do Sindicato dos Bancários de São Paulo, fez uma comparação de como era entrançada a nossa industrialização ao tempo em que eramos colônia de Portugal e de como, hoje, na impossibilidade de impedir essa industrialização, os entreguistas procuram encaminhar a mesma de forma prejudicial ao país, como é o caso da instalação aqui de indústrias provinidas do exterior, concorrentes de similares existentes no país e que para cá se transferem favorecidas pela instrução 113 da SUMOC.

No seu discurso, o sr. Huberto Pinheiro, presidente do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro, referindo-se à situação em que se encontra o país, disse que o centro das fronteiras do nosso país, e que para vencer os inimigos do nosso povo há necessidade do congraçamento de todos os brasileiros desejosos de colaborar para solucionar os problemas que nos afligem, não se justificando qualquer discriminação entre eles. Concitando os dirigentes da nação a apoiar-se nas forças progressistas do nosso povo, frizou o orador: "Afastem-se do governo dos que tentem inflá-lo a seguir caminhos que não convêm à nossa libertação econômica, apoiem-se na força da unidade da classe trabalhadora e nos industriais, proprietários rurais e comerciantes nacionalistas e nada terão a perder, e nenhuma imposição de dentro ou de fora do país, conseguirá levar-nos a um retrocesso".

Refletindo não só o tom dos discursos de instalações mais também teses apresentadas por numerosas delegações, o Congresso aprovou uma Declaração de Princípios nacionalista, já publicada neste jornal em outra oportunidade. Os bancários se orgulham muito justamente dessa Declaração de Princípios, que na edição especial da revista "Bancário" dedicada aos trabalhos do VII Congresso, em tiragem de 70 mil exemplares, ocupa com destaque toda a primeira página.

Aplicando as Resoluções do Congresso

Um dos pontos altos das entidades profissionais bancárias é a responsabilidade com que encaram as resoluções tomadas. Assim, começando a por em prática as resoluções do Congresso, em

reunião nacional realizada na Capital Federal, nos dias 23, 29 e 30 de julho findo, foi fundada a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Crédito.

A nóvel Confederação, apenas fundada, tomou em suas mãos a campanha nacional por aumento de salário. A Confederação coordena e orienta a luta em âmbito nacional, porém os entendimentos com os empregadores se realizam nas regiões ou Estados. Como os estudos referentes ao aumento do custo de vida, trazidos a seu conhecimento pelos sindicatos dos diversos Estados variaram entre 30 e 70 por cento, a CONTEC decidiu recomendar às entidades des suas filiadas que em cada Estado ou Região intensifiquem as demarches para a realização de mesas redondas visando a conquista dos aumentos de salários, mesas redondas nas quais as entidades dos trabalhadores devem defender tabelas cujas percentagens variem entre o mínimo e o máximo de 30 e 70 por cento, incluindo outras cláusulas julgadas convenientes, de acordo com as peculiaridades de cada região. Nos entendimentos deve ser levantada como reivindicação nacional dos bancários a abolição do trabalho aos sábados. A instituição de outras reivindicações, tais como auxílio educação, quin quênios, etc., deve também ser debatida.

Finalmente decidiu a CONTEC que até o dia 20 de agosto corrente fôdas as entidades sindicais lhe comuniquem os resultados positivos desses entendimentos, após o que será julgada a conveniência de ser convocada nova reunião dos dirigentes das Federações para o estabelecimento de normas e prosseguimento da campanha. No entanto, onde os entendimentos chegaram a bom termo, as entidades sindicais deverão dar conhecimento à respectiva Federação e à CONTEC, solicitando autorização para concluir os acordos.

AJUDE
VOZ OPERÁRIA
FAZENDO UMA
assinatura!



Conduzindo cartazes, os estudantes desfilaram pelas ruas de Bauru, comemorando a vitória.

Com a "Fila-Bôba," Durante Do... Venceram os Estudantes de Bauru

NÃO conformados com os sucessivos aumentos dos preços das entradas de cinema dessa cidade, os estudantes organizaram a eficiente «fila-bôba» que por dois dias seguidos impediu que funcionasse o Cine São Paulo, com o novo preço estabelecido. Os estudantes exigiram baixa nos preços e exibição de melhores filmes.

Empunhando cartazes, distribuindo folhetos, colocando um enorme quadro-negro próximo ao cinema, todos com diálogos alusivos ao movimento e organizando eficientes piquetes conseguiram os se-

cundaristas a adesão do povo para o completo êxito da «fila-bôba».

Repercussão

Repercutiu o movimento em vários meios sociais. Na Câmara de Vereadores vozes se levantaram hipotecando solidariedade aos secundaristas. Os jornais locais em largas manchetes referiram-se favoravelmente ao fato, ressaltando sua realização pacífica e ordeira.

Adesões

Aderiram ao movimento o presidente da Câmara de Ve-

readores, sr. Ineu Bastos, enviando ofício ao empresário, sr. Emílio Padutti, de apoio aos estudantes; o presidente do Grêmio «9 de Julho» dos acadêmicos de Direito, vereadores e jornalistas.

Passeata da vitória

Vitorioso movimento, grande massa de estudantes marchou pelas ruas da cidade empunhando cartazes, espalhando rojões e dando vivas à Federação Bauruense Estudantina. A multidão solidária que se aglomerava pelos arredores não poupou aplausos aos jovens batalhadores pelos interesses populares. Foi uma verdadeira demonstração de união e força que poderá multiplicar-se na luta por maiores reivindicações.

Não Convém ao Brasil...

Conclusão da 12a. página
a presa, a desencostar o Brasil da parede, a impedir que nosso petróleo venha a cair

em poder dos trustes. Se não foi feito o pedido que se diz ter sido recusado por Foster Dulles, de que se tratou?

O povo precisa ser suficientemente esclarecido. A informação de que a política da Petrobrás não será alterada é plausível, mas não basta. Mesmo porque está aos olhos de todos que continua a pressão dos corifeus da "solução argentina". O governador de um Estado de importância de Minas Gerais, sr. Bias Fortes, não teve receios de fazer em Belo Horizonte, por ocasião de uma solenidade estudantil, ataques veementes ao nacionalismo e elogios abertos aos acordos assinados pelo sr. Frondizi.

Mas, também é certo que as forças patrióticas não se contentam em aguardar os acontecimentos de braços cruzados. O ponto de vista do setor nacionalista do governo foi colocado com clareza e decisão pelo general Teixeira Lott, nas declarações feitas à imprensa paulista, ao afirmar que não há motivo para modificar-se a orientação traçada para a exploração do nosso petróleo, porque a Petrobrás vem demonstrando que é a melhor solução para o problema petrolífero brasileiro. E a opinião pública também aplaudiu as palavras com que o Ministro da Guerra proclamou que, qualquer mudança em nossa política exige, antes de tudo, uma consulta ao povo. A solução do monopólio estatal, como resguardo indispensável à ação dos monopólios estrangeiros, tem suas raízes profundas nos sentimentos e na vontade das massas populares. E qualquer solução só poderá ser efetivamente considerada justa quando refletir essa vontade e esses sentimentos.

VOZ OPERÁRIA

Diretor

Mário Alves

MATRIZ:

Av. Rio Branco — 257 17º and. s/ 1.712 - Tel.: 42-7344

ASSINATURAS

Núm. avulso 3,00
Anual 150,00
Semestral 80,00
Trimestral 60,00
Num. atrasado 5,00

Aérea ou sob registro, despesas à parte

SLICURSAL
PORTO ALEGRE — Rua Voluntários da Pátria, nº 66, s/ 43.

Não Convém ao Brasil o Bom Negócio dos Trustes na Argentina

Artigo de Orlando Bomfim Júnior

Os camelôs dos trustes já não conseguem mais efeito com seus pregões em torno do exemplo argentino para o problema do petróleo. Nos primeiros momentos, eles esganaram a pleno pulmão. E, enquanto esganavam exibiam uma cornucópia sedutora, capaz de tornar prósperas as mais devastadas finanças: verdadeira chuva de ouro iria cair sobre o Prata — um bilhão de dólares! Procuravam, com isso, atrair o Brasil para o negócio. O tilintar das moedas — esperavam — daria o resultado do barulho do milho no boral que se agita para pegar animais no pasto. Depois do animal devidamente encabrestado, pode-se até dar um pouco de milho. Porque já não há dificuldade para meter-lhe freios e arreios. E em seguida cavalgá-lo, naturalmente. Mas toda a organizada propaganda, se de início pode ter provocado alguma curiosidade e certa dúvida nos afoitos, veio logo a se tornar ineficaz. Os fatos se apresentaram muito distantes das palavras.

A chuva de dólares não passou da trovoadra anunciadora. Dos famosos contratos, dois apenas já foram realmente ultimados: um com o Banco Carl M. Loeb, Rhoades & Co, de Nova Iorque, e outro com a Pan-American International Oil Company, também de Nova Iorque. O primeiro estabelece um compromisso de inversões no montante de 100 milhões de dólares; o segundo, de 60 milhões. Isto é o que existe de concreto: 160 milhões de dólares. E em contratos de longo prazo: 15 e 20 anos. Menos do que a Petrobrás, segundo o plano de metas do governo brasileiro para o quinquênio ... 1957-1961, investe em 1 ano!

Além desses dois contratos definitivos, existe um "acordo de bases gerais", assinado com o "Grupo Estabulimense". Depende de acordo final. Foi apresentado como a transação de maior vulto, estimada em 750 milhões de dólares. Se vier a ser concretizada, representará, na realidade, quanto à entrada imediata de divisas, 85 milhões de dólares, assim distribuídos: empréstimo de 30 milhões ao Banco Central da Argentina, pelo prazo de 5 anos; investimento de 5 milhões na construção de uma fábrica de equipamentos petrolíferos e empréstimo de 50 milhões em empréstimos Petrolíferos do Brasil (YPF) pelo prazo de 6 anos.

Somese tudo isso — os dois contratos definitivos e o "acordo de bases gerais" e ter-se-á o total de 245 milhões de dólares. E além desses acordos (posta à margem a oferta soviética de troca de equipamentos petrolíferos por produtos agrícolas) só restam vagas e duvidosas "cartas de intenção". Fica-se como se vê, muito longe do proclamado bilhão. A propaganda, para mostrar a excelência do negócio, enfusou sem pudor a entrada de divisas dês resultante. Procurava, assim, criar a ilusão de grandes benefícios, suficientes para remediar as dificuldades que a Argentina suporta com um balanço de pagamentos altamente deficitário. E como essas dificuldades são enfrentadas também pelo Brasil, o remédio era apresentado, já pelo seu efeito imediato, como conveniente ao nosso mal.

Não foi, porém, apenas este o tema de propaganda que as notícias concretas descreditarão. Igualmente se havia propagado com espalhamento que os contratos assegurariam à Argentina, no prazo de 6 anos, auto-suficiência de petróleo, o que redundaria em salvadora poupança de divisas. Sua economia — diziam — agora reanimada por abundante fluxo de dólares, em curto prazo estaria robustecida pela desnecessidade de importação de petróleo e derivados, pelo estancamento da sangria em divisas que essa importação determina. Já vimos a que se reduziu o bilhão de dólares. Vamos ver a que se reduz a celebrada poupança com a auto-suficiência.

O contrato — já assinado, conforme dissemos — com o Banco Loeb dispõe que a

YPF pagará a esse estabelecimento, cada mês, uma importância em dólares correspondente a 50 por cento da economia de divisas resultante da produção de gás nos poços contratados. Mais ainda: a título de compensação adicional pela sua participação no plano de desenvolvimento da produção de petróleo, o Banco receberá, mensalmente, quantia equivalente a 20 por cento das divisas economizadas durante o mês anterior. E a 70 por cento do que for sendo "econorizado" vai sendo entregue a um dos contratantes. Estranha economia em dúvida. E note-se que o prazo do contrato é de 15 anos, com uma opção para mais 5. Note-se ainda que a parcela relativa à compensação adicional será paga durante toda a vida dos poços.

A simples leitura do contrato firmado com o Banco Loeb desfaz toda a mentirosa propaganda dos portavozes dos trustes sobre as vantagens dos acordos de Buenos Aires. É que o Banco, como financiador do plano de aumento da produção petrolífera, fica com a parte do leão. A YPF é colocada a seu serviço, devendo fornecer todas as informações geológicas, geofísicas e de outras espécies, que se referam à estrutura das áreas trabalhadas. Será organizada uma "comissão mista de operações", constituída por dois representantes de cada parte contratante, tendo todos os membros direito a voto. Um dês será designado presidente e, no caso de empate, seu voto terá efeito decisivo. Durante o período em que durar o financiamento, o presidente será designado pelo Banco.

Nessas condições, verifica-se a falsidade do argumento de que se trata de meros contratos de locação de serviços, sem quebra do monopólio estatal, sendo pois possível imitar-se no Brasil o exemplo, sem violação da Petrobrás. A verdade é bem outra. O Banco Loeb não apenas indiretamente em virtude de diversas condições do contrato de financiamento, mas diretamente, através da "comissão de operações", participará do comando da política petrolífera argentina. E já agora se sabe, por de claração de um dos sócios do Banco, o sr. Henry Loeb, divulgada em despacho da UPI procedente de Nova Iorque, que o sr. Henry Holland, indistigado representante dos monopólios norte-americanos

de petróleo, foi o negociador do contrato. Isso significa que uma parte pelo menos do petróleo argentino passa a ser controlada pelos trustes. E essa prestação de serviços que os entreguistas queriam — e ainda querem — que a Petrobrás contrate. Na verdade, só será uma prestação de serviços se encarada como serviços por eles prestados à Standard Oil.

Também já se sabe ("Hanson's Latin American Letter" de 2 do corrente) que "um amigo pessoal e colaborador do presidente dos Estados Unidos, e um conselheiro pessoal do dr. Milton Eisenhower, ao que se anunciou, estiveram empenhados nos entendimentos para as concessões e os contratos 17. Prata", e "a proteção aos novos acordos de petróleo se torna o núcleo das relações de política externa entre os Estados Unidos e a Argentina". Esse empenho é confirmado pelos elogios que segundo o correspondente em Washington do jornal nordestino pró-Fronzini "El Clarim", o Departamento de Estado dispensou à nova política petrolífera argentina, apontando-a como exemplo para toda a América Latina. Ao mesmo tempo, a revista "Time" se embandeira para anunciar que foi sacrificada "uma das mais antigas vacas sagradas da política argentina, sua reverenciada política nacionalista". E a já referida "Hanson's Letter" não emprega meias palavras ao informar que, quanto ao nosso país, "o Departamento de Estado prossegue em sua política de encostar o Brasil contra a parede até que ele não tenha outra alternativa senão ceder como fez a Argentina".

Não cabe, a essa altura, lutar para qualquer dúvida. O negócio argentino surge como realmente é: um negócio do Departamento de Estado norte-americano, um negócio dos trustes. A chamada terceira posição é uma ficção que a propaganda inventa para embair incautos. E a manobra não visa, apenas, aos objetivos alcançados. Também o Brasil está dentro dos planos. Não foi à toa que tanto barulho se levantou às vésperas da vinda do sinistro Mr. Dulles. Informou-se, então, que o problema do petróleo ia ser o principal tópico das questões econômicas, pois constituía a maior pedra no caminho ao "bom entendimento". Após a visita do "Business Week" esclareceu que o Secretário de Estado "não cederá um palmo no que respeita a empréstimos à Petrobrás". É verdade que o sr. Juscelino Kubitschek, na entrevista coletiva dada à imprensa esta semana, afirmou não ter solicitado empréstimo para a empresa estatal e que jamais pensou em alterar a política petrolífera. Mas também disse que o assunto do petróleo foi abordado.

De que se tratou, então? Não é novidade que, para o governo norte-americano os problemas do petróleo devem ser resolvidos pelas empresas petrolíferas, isto é, no interesse delas. Nada de empréstimos oficiais para fortalecer a Petrobrás, porque isso corresponderia a afastar

(CONCLUI NA 11ª PAG.)



LUTO DURANTE A VISITA DE DULLES — Na Praça Ramos de Azevedo, no coração da capital bandeirante, ergue-se, há anos, uma torre simbólica de petróleo, que ali foi colocada pelos estudantes e outros nacionalistas. Durante os dias da visita do sr. Foster Dulles ao Brasil, no princípio da semana passada, os estudantes colocaram na torre faixas de luto, (foto) significando seu repúdio às negociações aqui conduzidas pelo famigerado advogado dos trustes tanques, tendo em vista a entrega do petróleo brasileiro à Standard Oil.

Petróleo Soviético Para o Brasil

Está oficialmente confirmado que se acha em estudos, por parte de órgãos governamentais brasileiros, a proposta da União Soviética para vender ao nosso país duzentas mil toneladas de petróleo bruto e, em contrapartida, comprar-nos o equivalente, em valor, em cacau e outras mercadorias.

Nesse sentido, a Petrobrás, que recebeu a oferta diretamente da empresa soviética "Sotizneftexport", está empreendendo os passos necessários à conclusão da operação. Dirigiu-se ao Itamarati solicitando informações sobre a viabilidade da operação no terreno diplomático-comercial e também à empresa proponente pedindo os esclarecimentos de ordem técnica que se fazem necessários. Quanto ao Ministério do Exterior, divulga-se que, pelo seu Departamento Econômico, informou que "não há inconveniente" na transação.

A notícia, depois de repetidas propostas comerciais feitas pela URSS ao Brasil por diferentes canais, não deixa de ser auspiciosa. Tanto mais quanto, neste caso, envolve um produto de que temos necessidade vital e cuja aquisição dependemos apreciável soma de divisas em dólares, cerca de 260 milhões por ano. Se bem que o montante da operação em exame seja relativamente modesto — de 3 a 5 milhões de dólares, calcula-se — seu significado maior está no que ela possui de promissor, abrindo caminho para que, no futuro, seja feita a progressiva transferência da

área de suprimento de petróleo para o Brasil, de acordo com os interesses do comércio exterior do país.

A outra face da questão surge com a possibilidade real de ampliação dos mercados para os produtos brasileiros, ali onde a capacidade de absorção, de consumo, cresce sem cessar, na mesma medida em que o florescimento econômico não conhece os entraves opostos pelas crises econômicas, como a que em que se debatem os países mais desenvolvidos do Ocidente. Trata-se de inegável vantagem para o Brasil o poder oferecer seus produtos não a um ou dois mercados, mas a outros, favorecendo-nos, assim, a inevitável competição entre os compradores.

Por último, é oportuno assinalar aqui, uma vez mais, os obstáculos decorrentes da falta de relações diretas entre o Brasil e a URSS que, neste caso, ressaltam, por exemplo, da circunstância de termos de aguardar o resultado das consultas a órgãos do próprio governo e aos proponentes da operação, em Moscou. Tais consultas, seriam em muito facilitadas, é evidente, se ao invés dos canais burocráticos, fossem elas feitas diretamente, de interessado para interessado. Assim, é a vida mesma quem se encarrega de provar o anacronismo de uma política externa, como a do Brasil, que se obstina em fechar os olhos ante o que existe e com o qual só é vantagem para nós viver bem.